

CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA

# Caderno de Estudos para a Militância



Fevereiro de 2020

## Sumário

Apresentação.....	2
Atualidade da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida.....	3
Subsídios para entender a conjuntura política brasileira.....	6
Balanço de 2019: os retrocessos do governo federal na política agrária, agrícola e ambiental.....	14
Agrotóxicos em alimentos: O Programa de Análises de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos da Anvisa (PARA).....	17
Panorama internacional sobre agrotóxicos.....	22
Por uma lei de redução de agrotóxicos.....	24
Políticas econômicas de incentivo aos agrotóxicos no Brasil: reduções e isenções fiscais.....	27
Os transgênicos e a associação aos agrotóxicos: Novas roupas empresariais, novas tecnologias, velhos interesses das corporações.....	31
Comida de verdade nas escolas do campo e da cidade.....	34
Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis” .....	36
Sim, orgânico é mais saudável.....	39
Resumo de dados sobre agrotóxicos.....	46

## Apresentação

Em 2020, a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida inicia seu 10º ano de trabalho. Neste percurso, vamos erguendo tijolos de uma construção histórica, que começa com o início do uso de agrotóxicos no Brasil, e que será concluída no dia em que toda a população tiver direito a um ambiente limpo e um alimento saudável em sua mesa.

A Campanha é uma articulação ampla da sociedade, composta por organizações do campo e da cidade que têm como interesse comum a luta pela produção de alimentos saudáveis, e que reconhece no agronegócio o grande agente de erosão dos sistemas alimentares que nos mantiveram vivos até hoje.

Este caderno tem como objetivo fornecer subsídios para que indivíduos e organizações que participam desta luta em todo o Brasil possam atualizar seus estudos e qualificar sua militância.

Fizemos um esforço em reunir textos que atualizam tanto a própria compreensão da Campanha Contra os Agrotóxicos enquanto ferramenta de luta, como também os diversos eixos temáticos que compõem o campo de conhecimento com o qual lidamos em nossa luta.

O contexto político que o Brasil e o mundo vêm enfrentando não nos permite vacilar. Estudo, organização e ação são fundamentais para contermos a onda de retrocessos e avançarmos de forma permanente nas nossas conquistas.

Bom estudo!

Grupo Operativo

Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida

## Atualidade da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida

*Grupo Operativo da Campanha*

A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida foi lançada no dia 7 de abril de 2011. Ainda em 2010, a ideia de se construir uma Campanha foi fruto de uma intensa articulação entre movimentos sociais do campo, organizações de apoio à agroecologia, sindicatos e entidades públicas de pesquisa, especialmente no campo da saúde. Naquele momento, a denúncia dos efeitos dos agrotóxicos ainda atingia um público muito restrito, e era, portanto necessária uma ferramenta para massificar a luta e mobilizar amplos setores da sociedade, não só no meio rural, mas também nas grandes cidades.

O nome escolhido à época – Campanha Permanente – soa contraditório. No entanto, ele surge de três constatações: em primeiro lugar, quanto à necessidade de mobilização, agitação e propaganda, elementos típicos de uma *Campanha*; segundo, quanto à complexidade e enraizamento do problema: após 50 anos de revolução verde, a luta contra o pacote das multinacionais do agronegócio não poderia ser de curta duração. Por último, tratava-se de debater um outro projeto para campo que não tivesse como base o uso de agrotóxicos, mas sim a agroecologia, algo que também só pode ser feito a longo prazo. Portanto, uma construção *Permanente*.

Outra compreensão importante refletida no nome da Campanha se refere à necessidade de carregar sempre junto à denúncia o anúncio. Experimentamos diariamente a verdade do ditado popular de que “notícia ruim chega depressa”. Nosso papel enquanto Campanha poderia se reduzir a uma espécie de “populismo comunicacional”, estampando unicamente manchetes com as mais variadas tragédias provocadas pelos agrotóxicos e o agronegócio diariamente na vida das pessoas, sobretudo comunidades que vivem em torno de grandes plantações. Essa estratégia certamente ganharia ampla visibilidade, como sempre ganham as notícias ruins.

Nossa opção, entretanto, foi outra. Junto à denúncia, optamos por carregar conosco sempre a mensagem de que outro modelo de produção é, não só possível, como urgentemente necessário. Este modelo, que hoje atende pelo nome de agroecologia, já possui bases sólidas que pavimentam um caminho rumo a uma sociedade em que o alimento saudável seja o elemento estruturante das políticas de saúde, educação, trabalho, renda, desenvolvimento etc. Por isso, não só *Contra os Agrotóxicos*, mas também *Pela Vida*.

Oito anos depois, vemos um Brasil diferente daquele de 2011. Se a Campanha foi criada por conta do avanço dos agrotóxicos e do agronegócio, certamente a situação hoje é mais grave. De 2011 a 2017, de acordo com o Ibama, o volume de vendas de ingredientes ativos de agrotóxicos saltou 30%, enquanto a economia cresceu apenas 0,5% no período. A área planta de soja, por sua vez, teve aumento de 41%, e a produção do grão cresceu 53%.

Por outro lado, se outro fator que impulsionou o surgimento da Campanha era a falta de conhecimento da sociedade sobre o assunto, podemos dizer que neste sentido houve avanços nítidos. Pesquisa de opinião realizada pelo DataFolha em julho de 2019 revelou que 72% dos brasileiros acredita que os alimentos produzidos no Brasil possuem mais agrotóxicos do que deveriam. Além disso, 78% consideram o consumo de alimentos que usam agrotóxicos muito ou um pouco inseguros para a saúde humana.

A pauta dos agrotóxicos entrou de vez na agenda das organizações ambientalistas. O ano de 2018 viu a grande articulação #ChegaDeAgrotóxicos recolher mais de 1,6 milhão de assinaturas contra a aprovação do Pacote do Veneno, e pela aprovação da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos. Nada menos do que 320 organizações, desde grandes ONGs internacionais e movimentos sociais que atuam em

todo o Brasil até associações locais e sindicatos de agricultores assinaram um manifesto entregue aos deputados que participavam da Comissão Especial do Pacote do Veneno. Chefs de cozinha e artistas de renome se juntaram à luta, ajudando a colocar ainda mais o tema na boca do povo.

Neste período, é importante notar também o crescimento do movimento agroecológico no Brasil. Se antes, para se ter acesso a produtos orgânicos era necessário ir em lojas especializadas ou nas pouquíssimas feiras restritas às grandes cidades, hoje o panorama é outro. O Mapa de Feiras Orgânicas do IDEC já registra 894 pontos de venda de produtos agroecológicos em 345 cidades, abrangendo todos os estados do país. Hoje já são quase 21.000 agricultores e agriculturas que possuem o selo orgânico registrado no Ministério da Agricultura, sendo mais da metade se certifica de forma participativa a partir de grupos, associações e cooperativas.

Não há dúvidas de que ainda falta muito para que a sociedade brasileira, e especialmente pessoas pobres nas periferias de grandes cidades tenham acesso a um alimento saudável e livre de agrotóxicos. Mas o crescimento da agroecologia no país parece irreversível, pois já virou uma demanda real da sociedade. Grandes eventos de participação massiva como o Encontro Nacional de Agroecologia e a Feira Nacional da Reforma Agrária são prova concreta de que o povo quer comer comida boa. O que falta é força e vontade política para que isso aconteça.

A ação concreta por parte dos movimentos populares na luta contra agrotóxicos também cresceu e se fortaleceu neste período. A luta das mulheres, especialmente contra o eucalipto transgênico, o trabalho de agitação e propaganda nas ruas, nas feiras, nos atos e as atividades nas escolas do campo mostram que os movimentos internalizaram esta agenda, compreendendo ser uma ferramenta importante na denúncia do modelo do agronegócio.

No campo internacional, teve grande impacto o lançamento do relatório do Conselho de Direitos Humanos da ONU (ONU, 2017), defendendo a criação de um novo tratado global para regulamentar e eliminar gradualmente o uso de agrotóxicos perigosos na agricultura e avançar em práticas agrícolas sustentáveis, em prol da saúde humana. Logo em sua introdução, o documento menciona a cifra de 200.000 intoxicações agudas por ano causadas pelos agrotóxicos, sendo 99% delas ocorridas em países periféricos. Com isso, o relator deixa claro que medidas de proteção que poderiam garantir a segurança do trabalhador – o famoso “uso seguro” – são inviáveis nos países pobres, onde o marco jurídico, quando existe, não é cumprido.

\*\*\*

Neste momento da luta política, precisamos como forma de reflexão nos perguntar: a Campanha ainda é uma ferramenta importante? Como posso fazer parte desta luta?

Durante os últimos oito anos, a Campanha já assumiu diversos formatos de atuação. Em um primeiro momento, foram formados comitês de mobilização de norte a sul do país, com objetivo organizar a luta contra os agrotóxicos a partir das diversas organizações que já trabalhavam neste tema, e também como ferramenta de aproximação de novas pessoas para a luta. Este modelo teve muito sucesso, especialmente pelo trabalho feito em torno da exibição dos filmes *O Veneno está na Mesa 1 e 2*, que tiveram grande impacto pois foram levados pela militância a igrejas, escolas, associações e praças públicas das capitais e do interior do Brasil.

O lançamento do Dossiê Abrasco: Um Alerta Sobre os Impactos dos Agrotóxicos na Saúde (Carneiro et al., 2015), em 2015, foi um momento chave na aproximação entre movimentos sociais e cientistas do campo da saúde. A parceria inédita teve como resultado, de um lado o fortalecimento dos argumentos que embasam a luta contra os agrotóxicos, e por outro lado a divulgação massiva e popular de estudos científicos importantes, mas que muitas vezes não causam o devido impacto.

Esta aproximação teve ainda mais um elemento de peso: o posicionamento do INCA (INCA, 2015) denunciando a relação entre agrotóxicos e o câncer, e declarando publicamente a necessidade de uma agricultura de base agroecológica e o seu apoio à Campanha.

Momentos seguintes revelaram grandes desafios na articulação dos comitês locais, sobretudo com o acirramento da conjuntura nacional que levou ao golpe de 2016. Demandada pela complexa conjuntura, a Campanha centra forças no acompanhamento da movimentação no Legislativo, Executivo e Judiciário nacionais, além de órgãos como a Anvisa e a CTNBio, que tomam cotidianamente decisões regulatórias que nos afetam. Ganham centralidade as lutas contra o Pacote do Veneno e pelo Programa de Redução de Agrotóxicos (posteriormente Política), que resultaram na criação da articulação #ChegaDeAgrotóxicos como forma de massificar as denúncias e fortalecer, no diálogo com o povo, a disputa dentro do parlamento.

Nos estados, a Campanha segue apoiando a atuação da militância nas pautas locais. A maior vitória recente se deu no Ceará, fruto de uma grande articulação local entre academia e movimentos sociais que resultou na criação da Lei 16.820/19, que proíbe a pulverização aérea no Ceará. A Lei recebeu o nome de Zé Maria do Tomé, mártir da luta contra os agrotóxicos, assassinado por lutar justamente contra a pulverização aérea na Chapada do Apodi.

Outro caso de sucesso foi a aprovação da lei que proíbe a aplicação de agrotóxicos na parte insular da cidade de Florianópolis. É a primeira lei no Brasil que institui uma Zona Livre de Agrotóxicos, e pode servir de exemplo para diversas outras localidades onde é necessário proteger a agricultura agroecológica.

Neste sentido, a Campanha elaborou recentemente em parceria com a Terra de Direitos a cartilha Como criar um projeto de lei estadual ou municipal para reduzir os agrotóxicos? para atender à grande demanda por orientação na elaboração de políticas públicas.

Internacionalmente, desde a realização dos Diálogos Internacionais sobre Agrotóxicos, em 2016, a Campanha vem intensificando as parcerias tanto com países vizinhos que possuem contextos semelhantes, como Argentina e Paraguai, como com países centrais, exportadores de agrotóxicos e importadores de commodities brasileiras, como França, Suíça e Alemanha.

Encontra-se em andamento um projeto de Campanha Internacional em conjunto com a Alemanha, país-sede de duas das maiores fabricantes de agrotóxicos do mundo: Bayer/Monsanto e BASF. A parceria de organizações locais com a Campanha resultou em rodadas pelo país europeu denunciando o avanço dos agrotóxicos no Brasil e a assimetria nas normas que regulam os agrotóxicos no Brasil e na União Europeia.

A Campanha vem investindo também na formação da sua militância. Em parceria com a Fiocruz, foi realizado em 2018, foi realizado um curso nacional de formação com militantes de todas as regiões do Brasil. Dada a grande complexidade do tema, percebeu-se a importância da qualificação para nossa luta. O curso foi estruturado em 4 grandes eixos: (i) Questão agrária, buscando compreender as raízes do problema dos agrotóxicos e transgênicos no Brasil; (ii) Saúde, examinando a fundo os impactos dos agrotóxicos na vida das pessoas; (iii) Agroecologia, discutindo qual a alternativa que propomos ao uso de agrotóxicos; e (iv) Comunicação, visto que a Campanha é essencialmente um instrumento para nos comunicarmos com as massas. Em 2019, foram realizados 3 cursos regionais similares no Paraná, Mato Grosso e Paraíba. No total, participaram cerca de 90 educandas e educandos, vindos de 18 estados e 50 organizações e movimentos sociais.

Está em produção também um novo filme, com o objetivo de levar o tema dos agrotóxicos e da agroecologia para o grande público, além daquele que já conseguimos dialogar.

## Subsídios para entender a conjuntura política brasileira

*por Valter Pomar, professor da UFABC*

### 1. Antecedentes históricos e natureza do governo Bolsonaro

A coalizão vencedora nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil foi encabeçada por Bolsonaro e pela extrema-direita, mas inclui a maior parte da classe dominante brasileira (os empresários capitalistas), parte expressiva dos setores médios (assalariados de alta renda, empresários capitalistas de pequeno e médio porte, pequenos proprietários familiares), parte expressiva do aparato de Estado (com destaque para o sistema judiciário, as forças armadas e as polícias militares), o oligopólio da mídia e seus associados, a maior parte da base social e eleitoral dos partidos de centro-direita (MDB e PSDB inclusive), a cúpula de várias igrejas e, por último, mas não menos importante, inclui também os governos e as comunidades de inteligência dos Estados Unidos e de Israel.

Foi esta ampla coalizão que conseguiu promover o impeachment/golpe contra a presidenta Dilma Rousseff; conseguiu condenar, prender e interditar a candidatura de Lula; conseguiu atrair o voto de parte das classes trabalhadoras e conseguiu que outra parte se abstivesse de votar.

Nenhum desses segmentos se “arrependeu” do que fez. O objetivo de “tirar o PT do governo” segue sendo motivo suficiente para justificar o que foi feito.

O presidente Bolsonaro tomou posse no dia 1 de janeiro de 2019. Deste então, todos os atos do presidente e de seu governo confirmaram que estamos diante de um governo profundamente autoritário, submisso aos Estados Unidos e ultraliberal, com vínculos com o crime organizado, adepto do fundamentalismo religioso, do medievalismo, da misoginia, do racismo, da homofobia, da intolerância, entreguista, saudosista da ditadura militar e adepto de um extremismo ultraliberal. Está em curso, desde janeiro de 2019, uma ofensiva do governo, da maioria conservadora do Congresso e do grande Capital, contra os direitos sociais, contra as liberdades democráticas e contra a soberania nacional.

A lista de maldades é longa e inclui a facilitação do porte de armas para os latifundiários; volta das privatizações; as ameaças e ações de censura a filmes e outras produções culturais; até mesmo a carteirinha da UNE está sob ataque. Como resultado direto e indireto das ações do governo Bolsonaro, crescem o desemprego, a informalidade, a miséria, a desassistência por parte dos serviços públicos (destacadamente na saúde); crescem o feminicídio e a violência policial, aumenta o envenenamento por agrotóxicos.

Por ter como objetivo declarado eliminar os oponentes, assim como por defender abertamente o uso de métodos ilegais e paramilitares de repressão, Bolsonaro pode ser considerado neofascista.

Fascismo seria um nome inadequado, a medida que remete para uma situação histórica concreta e específica. Autoritarismo, com certeza, mas não se trata apenas de autoritarismo. Populismo de direita, com certeza, mas tampouco se trata apenas disso. É adequado falar de neofascismo, pois há uma intencionalidade clara de destruir os oponentes, não apenas politicamente, mas também fisicamente.

O ambiente neofascista não é estimulado apenas pelo governo Bolsonaro. Os governos Witzel e Dória e de outros governadores e prefeitos; as declarações da cúpula militar e a ação das polícias militares em todo o país; a chacina em Paraisópolis e a violência cotidiana contra pobres, pretos e periféricos, violência que inclui aberrações como a indicação de um racista para presidir a Fundação Palmares; o crescimento dos casos de feminicídio, de racismo e de lgbtphobia; os atentados contra lideranças populares; o aprofundamento do genocídio dos povos indígenas; a formação do “Partido do 38”; o terrapla-

nismo e outras subculturas mostram que estamos diante de um “movimento de massas” de extrema direita, cuja derrota exigirá muito mais do que travar com êxito disputas eleitorais.

Além disso, cabe lembrar que a extrema direita, no Brasil e no mundo, opera a carta da guerra religiosa. A esquerda deve operar a carta da luta de classes. Portanto, não somos a favor de um “Estado ateu”, nem de uma “política atea”, mas sim a favor de um Estado laico e de uma política laica.

Cabe lembrar, ainda, que o capitalismo gangster praticado pelo setor financeiro estabelece um método e um patamar almejado de lucros que empurra todo o sistema para o “crime”. As milícias paramilitares e a “criminalidade organizada” não apareceram agora, mas sua expansão atual tem que ver com este ambiente geral.

Visto de conjunto, o governo Bolsonaro é um interessante ensaio de como faz a extrema-direita para “revolucionar” a “partir de dentro” um Estado, a partir de um governo conquistado pelo voto. A esquerda precisa tirar ensinamentos deste “ensaio”, seja para defender-se, seja para ampliar uma estratégia que combine a conquista eleitoral de governos com objetivos revolucionários quanto ao Estado e a sociedade.

Bolsonaro escolheu para ministro da Justiça o ex-juiz Sérgio Moro, responsável direto pela condenação de Lula, sem a qual Bolsonaro muito provavelmente não seria eleito. Ministro, Sérgio Moro adotou como prioridade a aprovação de um pacote de medidas que legalizem o Estado de Exceção, inclusive propostas de “excludente de ilicitude”, termo técnico que implica o direito dos agentes do Estado matarem pessoas, sem ter que responder por isso perante a justiça. No início de dezembro de 2019, o referido pacote foi aprovado com muitas emendas na Câmara dos Deputados e seguiu para o Senado; embora parte da oposição considere que Moro saiu pessoalmente derrotado (por conta do juiz de garantias), visto globalmente o que foi aprovado aprofunda o curso punitivista.

Bolsonaro nomeou para chanceler um diplomata de carreira, defensor do “choque de civilizações”, do “Ocidente cristão”, inimigo tanto do marxismo quanto do iluminismo e do jacobinismo presente nos melhores momentos da Revolução Francesa de 1789. Tanto o chanceler indicado quanto Bolsonaro e seu clã familiar vêm fazendo seguidos ataques contra os governos latino-americanos progressistas e de esquerda, ao mesmo tempo que elogiam as posições dos governos dos Estados Unidos e de Israel. Por outro lado, o governo é obrigado a levar em consideração o papel e a força da China. Mas seu rumo geral, apesar das seguidas demonstrações de “falta de afeto” dadas pelos gringos, segue o mesmo de antes da posse. E as esperanças de que os militares, ou os empresários, ou sabe-se lá quem, fariam o governo “cair na real” até agora não se materializaram.

Nestes quase doze meses de governo, Bolsonaro adotou várias decisões contrárias à soberania nacional, tais como os termos de cessão da base de lançamento de foguetes de Alcântara, aprovados no Congresso com o apoio de parlamentares de vários partidos de esquerda; a ingerência nos assuntos internos de países vizinhos, como a Argentina e a Bolívia e a Venezuela, contra a qual se chegou a falar em guerra. No terreno ambiental, causou ou deixou causar danos imensos ao litoral, ao Cerrado e a Amazônia brasileira.

Bolsonaro escolheu como ministro responsável pela área econômica um “Chicago Boy”, defensor de posturas ultraliberais. Ao mesmo tempo, acabou com o Ministério do Trabalho, ato de um simbolismo sem igual. Além de aprofundar a reforma trabalhista (já aprovada no governo Temer) e além de implementar a reforma da previdência, o governo Bolsonaro trabalha noite e dia no sentido de aumentar nossa dependência externa, a financeirização e a desindustrialização de nossa economia, a primarização de nossa pauta exportadora, a supressão de nossas políticas sociais, destruindo as políticas públicas de emprego, salário, previdência, saúde, educação e habitação.

Por ter como objetivo declarado concluir as reformas neoliberais iniciadas com Collor e continuadas por FHC, o governo Bolsonaro pode ser considerado ultraliberal.

Alguns analistas da direita “normal” dizem ser incompatível o liberalismo na economia e o conservadorismo nos costumes. Pode ser, mas o fato é que o governo Bolsonaro é neofascista na política, ultraliberal na economia e fundamentalista nos costumes. Outros integrantes da direita podem muito bem se apresentar como liberais nos costumes; mas o que dizem acerca do Estado de exceção e do ultraliberalismo? A verdade é que Bolsonaro é um ótimo bode na sala: depois dele, depois do que ele segue fazendo para mudar o nível do “normal” da política brasileira, outros personagens podem posar de razoáveis, tanto quanto alguns generais nazistas pareciam razoáveis frente a alguns comandantes das SS.

O governo Bolsonaro é muito mais do que o presidente e seu clã familiar. Há uma coalizão ultraliberal governando o país, aplicando o seu programa e disposta a institucionalizar um Estado de Exceção, percebendo que isto é uma condição para a “sustentabilidade” de seu programa. Esta coalizão tem apoio majoritário na classe capitalista, no sistema judiciário, nas forças armadas, no oligopólio da comunicação, na cúpula de igrejas muito influentes e, além disso, conta com o apoio de pelo menos 30% da população brasileira. Parte deste apoio é sustentado pela mesma operação de comunicação de massas, inclusive as chamadas “Fake News”, que contribuíram para o golpe de 2016 e a fraude de 2018.

## 2. A reação das massas...

Frente à ofensiva reacionária, a mobilização popular enfrenta sérias dificuldades. Por um lado, há regiões do país e determinadas situações em que se desenvolvem lutas, protestos e mobilizações. Grande parte destas lutas é defensiva (contra perda de direitos), envolvendo diretamente os atingidos, havendo às vezes dificuldade de vincular a demanda específica e a situação política geral do país. Por outro lado, as mobilizações gerais oscilaram. No primeiro semestre de 2019 tivemos ações importantes (por exemplo, os dias de luta contra a reforma da previdência, a luta contra os cortes na educação e a greve geral); mas, com exceção da mobilização ocorrida em maio, que conseguiu envolver parcela significativa dos trabalhadores em educação e estudantes, as mobilizações ficaram restritas à militância e suas “franjas”. Ou seja, ficaram limitadas à vanguarda da classe. No segundo semestre de 2019, ao mesmo tempo que seguiram as lutas, protestos e mobilizações específicas, as mobilizações gerais entraram numa curva decrescente, o que ajuda a entender por qual motivo o governo e o Congresso conseguiram aprovar diversas medidas e “reformas” enfrentando pouca resistência social. Noutras palavras, cresceu o mal-estar social, aumentou a impopularidade do governo Bolsonaro, mas isso não se traduziu em mobilização política global contra a coalizão golpista, o neofascismo e o programa ultraliberal.

Paradoxalmente, foi nesse contexto que ocorreu a soltura de Lula (não sua liberdade: Lula ganhou o direito de se defender em liberdade). Lula parcialmente livre é uma vitória, mas uma vitória proporcionada mais pela disputa em curso na coalizão golpista e menos por uma pressão insuportável a partir dos de baixo. E um setor do golpismo segue operando para que Lula volte à prisão, seja via novas condenações, seja através da alteração da legislação. Apesar disso, há setores que acham que, com a soltura de Lula, “o pior já passou”.

Esta interpretação equivocada gera a retomada do comportamento conciliatório que caracterizou o período anterior ao golpe, refletindo-se no comportamento da bancada parlamentar de esquerda, que, por exemplo no Senado deixou passar sem resistência a previdência dos militares; e na Câmara aprovou um substitutivo ao projeto medieval de Moro, substitutivo que inclui (agora com a “digital” de amplos setores da esquerda) dispositivos gravíssimos do ponto de vista das liberdades democráticas. E

que, apesar disso, foi vendido por alguns (tanto no PSOL e no PCdoB, quanto no PT) como uma “vitória” ou “meia-vitória”, motivo para “parabenizar o presidente” ou para falar em “presente de natal”.

O refluxo da mobilização popular não vai durar para sempre. Mais cedo ou mais tarde, o mal-estar social provocado pela deterioração cada vez maior das condições de vida e trabalho tende a se converter numa onda de lutas. Aliás, o próprio governo Bolsonaro está se preparando para esta possibilidade. O fato de que em vários países vizinhos ao Brasil tenhamos assistido, em 2019, a rebeliões populares contra governos e medidas ultraliberais, levou o governo Bolsonaro a admitir publicamente estar considerando medidas para o caso disto acontecer também em nosso país. Este é o pano de fundo das várias declarações em favor de um novo AI-5, para iniciativas legislativas de endurecimento da legislação penal, para ampliação dos recursos para a segurança e defesa, para o discurso violento do presidente da república e de vários governadores, como Doria e Witzel.

### 3. Desafios do campo democrático, popular e de esquerda

Frente a esta complexa e difícil situação, o campo democrático, popular e de esquerda precisa apostar na mobilização e na luta, que podem assumir as mais variadas formas, inclusive nas manifestações durante o Carnaval, nos enfrentamentos cotidianos no campo da cultura e nos processos contra o aumento das tarifas de transporte que marcam o calendário de lutas no início de todos os anos.

Entretanto, o campo democrático, popular e de esquerda segue dividido entre diferentes linhas políticas. Há os que defendem construir uma “frente ampla”, incluindo nela parcelas do golpismo. Há os que defendem construir uma “frente de esquerda”. E há os que defendem uma política de alianças baseada na “geometria variável”, alegando (como fez a tese vencedora no 7º congresso do PT) não haver contradição entre fazer alianças com golpistas e, ao mesmo tempo, construir uma frente de esquerda.

O fato é que alianças de classes (não de partidos) operantes (ou seja, não apenas potenciais, não apenas em tese) no Brasil de hoje, são duas: de um lado, a aliança dominante, que envolve a classe capitalista, hegemonizando parcela importante dos trabalhadores pequenos proprietários e dos trabalhadores assalariados; de outro lado, a aliança entre parcela dos trabalhadores assalariados e dos trabalhadores pequenos proprietários. Parte dos que integram esta segunda aliança sonham, dia e noite, em atrair setores do empresariado capitalista. Mas sonho, sonho é.

Portanto, na vida real, a mais ampla frente, a mais democrática frente, é aquela que tenha como objetivo atender, de maneira profunda e consequente, os interesses da grande maioria do povo. Por isso, do que precisamos é de uma frente de esquerda, capaz de colocar em pauta não apenas a luta contra a pessoa Bolsonaro, não apenas a luta contra o governo Bolsonaro, não apenas a luta contra a coalizão governante, mas também a luta contra o latifúndio, contra o imperialismo, contra o capitalismo.

Entretanto, frente às ameaças fascistas e de aprofundamento do estado de exceção, na ausência de fortes lutas sociais e na presença de conflitos intergolpistas, uma parte da esquerda brasileira está sendo novamente atraída para a crença de que a crise teria solução “por dentro” da institucionalidade e “através” de alianças com setores de centro-direita.

A piora nas condições gerais do país e da população reforça e amplia o repúdio ao governo Bolsonaro. Mas ao longo de 2019 isto não deteve, nem derrubou o governo, que demonstra até agora alta resiliência, conseguindo avançar na aprovação de seus projetos e segue tratando, a sua maneira, dos problemas que vão surgindo no seu caminho.

A crescente impopularidade do governo não foi, até agora, acompanhada de uma ampliação das mobilizações sociais. Pelo contrário, depois da aprovação da reforma da previdência na Câmara dos Deputados, seguiu-se um refluxo nas lutas sociais.

Há uma dispersão de iniciativas e pautas, uma dificuldade de mobilizar amplas massas, o risco de que retrocessos importantes ocorram inclusive com pouco protesto social. É como se parcelas importantes do povo e da militância não acreditassem ser possível, ao menos neste momento ou por este caminho, deter ou derrotar o governo Bolsonaro.

A piora no ambiente social é acompanhada por crescentes conflitos entre os diferentes setores que apoiaram a eleição de Bolsonaro. Em parte esses conflitos decorrem de diferentes posições existentes no golpismo, por exemplo, entre os que querem destruir toda a institucionalidade prevista pela Constituição de 1988 (vide Carlos Bolsonaro, falando da impossibilidade de mudar o país através da via democrática) e os que querem preservar parte desta institucionalidade (que, diga-se de passagem, foi a mesma que viabilizou o golpe, a prisão de Lula e a eleição de Bolsonaro, motivo que deveria ser suficiente para a esquerda não fazer uma defesa ingênua dessa institucionalidade, inclusive da malbaratada Constituição de 1988).

Entre os setores que querem preservar parte da institucionalidade, está a centro-direita que busca cooptar setores da esquerda para uma espécie de “bolsonarismo sem Bolsonaro”; Ciro Gomes deixando claro que com ele (Ciro) na presidência o petismo continuaria a ser tratado como uma quadrilha; e o movimento “Direitos Já”, do qual participam FHC, Anastasia e outros do gênero.

A polêmica entre os que defendem uma “frente democrática” com a centro-direita e os que defendem uma frente de esquerda lembra polêmicas ocorrida em outras épocas: participar ou não do Colégio Eleitoral? Assinar ou não a Constituinte? Apoiar ou não o governo Itamar? No fundo da atual polêmica, existem diferentes visões sobre qual o “lugar” do governo Bolsonaro na história do Brasil.

#### **4. O comportamento da classe dominante**

Desde 1989 até 2014, a classe dominante brasileira majoritariamente tolerou, ainda que a contragosto, que a esquerda brasileira, liderada pelo PT, pudesse ser uma alternativa de governo. A partir de 2014, a maior parte da classe dominante passou a rejeitar tal possibilidade. E desde então opera para destruir as bases que possibilitaram, à esquerda brasileira, conquistar governos e governar.

Para isso, o governo Bolsonaro opera para destruir os meios que tornavam possível ambas coisas: uma legislação que permite realizar políticas públicas estruturais em benefício da maioria; instituições de Estado que permitam executar estas políticas; um partido com força e presença nacionais; uma rede de movimentos sociais, populares e sindical com liberdade para lutar; um conjunto de ideias que cimentam um campo de forças democrático, popular e nacional.

Estão na mira do governo Bolsonaro: os sindicatos e as centrais sindicais; os movimentos sociais urbanos e rurais; os partidos de esquerda, especialmente o Partido dos Trabalhadores; os direitos de mobilização e luta; e as próprias ideias de esquerda, que estão sendo estigmatizadas, perseguidas e criminalizadas. E também estão na mira do governo Bolsonaro a vida e a liberdade dos militantes da esquerda brasileira.

E isso não é assim, apenas porque Bolsonaro é de extrema-direita. Isso é assim, principalmente, porque Bolsonaro é um instrumento adequado às opções feitas pela maior parte da classe dominante brasileira e de seus aliados nos setores médios tradicionais.

E por quais motivos a classe dominante brasileira não aceita mais o regime político inaugurado formalmente em 1988? Essencialmente porque, em decorrência dos efeitos da crise de 2008 e da política em seguida adotada pelos EUA, houve uma redução nos lucros dos grandes capitalistas brasileiros. E uma maneira de compensar isto era reduzindo os custos de produção, mais exatamente reduzindo a parcela da riqueza que fica com as classes trabalhadoras, diretamente ou através dos impostos pagos ao Es-

tado para financiar políticas e serviços públicos, aposentadorias e transferências de renda. Mas para reduzir o salário direto e indireto dos trabalhadores assalariados e a parcela equivalente dos trabalhadores pequenos proprietários, era necessário reduzir as liberdades democráticas, reprimir os movimentos sociais, destruir o movimento sindical e popular, criminalizar a esquerda partidária e nossas ideias. Noutros palavras, era necessário “mudar de regime político”.

Portanto, o problema da classe dominante não é com o Estado brasileiro (que do ponto de vista deles passa muito bem, obrigado), mas com o regime criado em 1988, produto de uma situação histórica muito específica, de transição. Aquele regime nunca foi bem aceito pela classe dominante, entre outras coisas porque supunha um nível de liberdades democráticas e de direitos sociais para além do que consideram razoável; mas aquele regime tampouco serviu para quem, na esquerda, queria fazer transformações estruturais na sociedade brasileira.

Uma parte importante daquele regime é o sistema partidário, que nunca foi o método pelo qual a classe dominante governou efetivamente no Brasil. Para as esquerdas, que não são nem estão no poder, os partidos deveriam ser fundamentais. Já para as classes dominantes, as direitas partidárias podem ser funcionais, mas nunca foram indispensáveis.

O mesmo pode ser dito sobre a “democracia” em geral. Para as esquerdas, ampliar as liberdades é essencial. E, do ponto de vista da imensa maioria do povo, a democracia nunca existiu plenamente. Por isso é um erro igualar a defesa das liberdades para o povo com a defesa da Carta de 1988.

## 5. Nossas táticas e estratégias

O que vivemos é uma situação em que a classe dominante está reestruturando o regime político. O que estamos assistindo é o regresso do “modo normal” de dominação vigente na maior parte da história do Brasil. A mudança de regime irá até que ponto? Uma ditadura militar clássica? Um neofascismo tupiniquim? Não há como saber, até porque isso dependerá em parte da situação internacional, em parte da resistência oferecida pela esquerda e pelas classes trabalhadoras. Seja como for, o desafio posto hoje para o conjunto da esquerda brasileira é qualitativamente diferente daquele enfrentado entre 1989 e 2019.

Tais divergências táticas e estratégicas se materializam, por exemplo, em diferentes políticas para enfrentar as eleições de 2020; na tática das bancadas no Congresso Nacional frente a temas importantes; na postura dos governadores petistas (e aliados) frente a reforma da previdência e frente às privatizações. Assim como se materializam em diferentes atitudes no movimento de massas etc.

Além de dividido politicamente, o campo democrático, popular e de esquerda também está enfrentando graves problemas organizativos, de financiamento, de capacidade de comunicação e mobilização de massa. Estas debilidades, que são reais e que evidentemente não serão superadas apenas com alteração na linha política, são frequentemente usadas como argumento para defender uma orientação política recuada. Os que agem assim não percebem que sem mudar a orientação política, não conseguiremos superar as debilidades organizativas. A mudança de linha política não é condição suficiente, mas é condição necessária.

Aqui cabe lembrar que com o termo “movimentos sociais” podemos estar nos referindo aos movimentos reais feitos pela classe ou podemos estar nos referindo às organizações mais ou menos permanentes que surgem e se cristalizam a partir desta luta. No primeiro sentido, estamos num momento de relativo refluxo. No segundo sentido, estamos vivendo uma crise generalizada, que só vai ser superada quando as organizações populares se adequarem ao novo padrão da luta de classes.

Quanto a luta concreta das mulheres, das juventudes, das vítimas do racismo, da homofobia, de todo tipo de opressão, então estamos num momento de fortes enfrentamentos, porque uma das consequências da radicalização do Capital contra o Trabalho é acentuar a pressão sobre os elos mais fracos da classe. Agora, nas organizações que tentam ser porta-vozes das lutas dos oprimidos há de tudo, inclusive aqueles que equivocadamente acham que há chances de êxito sem, apesar e até mesmo contra o movimento geral da classe trabalhadora.

A mudança da linha política do Partido dos Trabalhadores segue sendo a “pedra de toque” da conjuntura. Claro que, por exemplo, no PCdoB e no PSOL também existem posições pró-alianças amplas e pró-estratégia eleitoral. Mas se o PT, principal partido de esquerda do país, seguir prisioneiro de uma estratégia ultrapassada e de uma tática organizada pela “busca do centro perdido”, será muito difícil evitar novas derrotas, inclusive, mas não somente eleitorais. Portanto, segue sendo essencial que o PT mude de linha, de estratégia, de tática e de funcionamento.

## **6. Chamamos a atenção, finalmente, para os seguintes aspectos:**

- a) a situação internacional: na hipótese de uma crise similar à de 2008, o impacto tende a ser brutal, tendo em vista que os fatores protetivos e os instrumentos reativos disponíveis em 2008 não comparecerão agora;
- b) a situação latino-americana: impacta a vanguarda da esquerda (de maneira contraditória, pois para alguns confirma os limites e até mesmo a inviabilidade de uma “estratégia eleitoral”, enquanto que para outros reforça a tendência à moderação) e impacta a extrema direita e seus braços militares (que já fazem planos de contingência, como deixaram claro publicamente), mas ao menos por enquanto não impacta a massa do povo;
- c) a situação econômica: salvo algum fato extraordinário, vamos ter um período (dezembro-fevereiro) em que uma mistura de fatos econômicos (geração de empregos no final do ano, décimo terceiro, férias etc.) e psicossociais (festas, férias, carnaval) tende a reduzir a possibilidade de grandes mobilizações. Mas o ambiente é de deterioração crescente e vai se acumulando material combustível, que tanto pode produzir uma explosão detonada por algo aparentemente menor, quanto pode seguir o que temos hoje, a saber, um clima de “intoxicação” e degradação crescente da vida em sociedade;
- d) a situação política: a disputa “no andar de cima” continua sendo a principal variável de definição dos rumos da política nacional. Os setores populares lutam, mas a luta ainda é concentrada em questões imediatas e defensivas, com baixo nível de mobilização quando se trata de questões políticas gerais. Grande parte da esquerda segue concentrada na disputa parlamentar e na preparação das eleições de 2020. Embora a Lava Jato siga operando e embora sigam tramitando no Congresso projetos que alteram o que a Constituição estabelece acerca da prisão após trânsito em julgado, a soltura de Lula resultou num certo refluxo da campanha Lula Livre;
- e) o governo trabalha pelo cenário “tudo como dantes no Quartel de Abrantes”: seguir implementando o programa em todas as frentes, prossegue a confusão e divisão nas oposições, as eleições de 2020 não impõem uma derrota global ao governo, Bolsonaro é forte candidato à reeleição em 2022, Moro segue como ponto de apoio, as forças armadas seguem tutelando o país;
- f) a centro-direita trabalha pelo cenário “bolsonarismo sem Bolsonaro”: defende o programa econômico mas não a pessoa do presidente, a disputa no interior da coalizão governista se aprofunda, a centro-direita sai fortalecida das eleições municipais de 2020, as eleições presidenciais de 2022 caminham para uma disputa entre extrema-direita e centro-direita, com a esquerda dividida e com parte dela cumprindo um papel de linha auxiliar do suposto mal menor;

g) a centro-esquerda e setores do PT trabalham por um cenário “luz no fim do túnel”: o governo se desgasta crescentemente, Bolsonaro está sob permanente ameaça de afastamento, a esquerda obtém um forte resultado nas eleições de 2020, caminhamos para uma eleição presidencial em 2022 polarizada entre centro-esquerda e extrema-direita, com a “direita não bolsonarista” apoiando a centro-esquerda, o que só ocorrerá se o PT perder o protagonismo que tem hoje;

h) a esquerda do PT e outros setores da esquerda brasileira trabalham por um cenário “tirar o tatu da toca”: o país é tomado por fortes mobilizações populares de protesto, a repressão vem mas recua, o governo é derrotado nas ruas, o Congresso é forçado a aprovar a antecipação das eleições presidenciais e a convocação de uma Assembleia Constituinte. A tática da polarização visa contribuir para este cenário e visa também preparar-se para este cenário. Mas no caso de a mobilização popular faltar ao encontro, a tática da polarização é o núcleo duro ao redor do qual se vai marcar posição e acumular forças.

i) Entretanto, é preciso ter muito claro que, no terreno da estratégia, seguem majoritários na esquerda brasileira os que defendem manter a “estratégia eleitoral” e seguem minoritários os que defendem construir uma “estratégia de novo tipo” contra uma dominação de novo tipo.

A estratégia define como articular as oito variáveis citadas a seguir: a luta cultural, a luta social, a luta eleitoral-institucional, a auto-organização da classe, as relações internacionais, a política de alianças, o programa e a questão do poder.

j) O debate sobre o tema do poder inclui a postura frente aos militares. A experiência da Venezuela é extremamente singular e impossível de repetir. E as experiências do Brasil, Uruguai e Bolívia, para ficar apenas nesses casos, foram desastrosas, não apenas pelo desfecho, mas porque se agiu como avestruz, não se debateu o assunto. Que no Brasil inclui, entre outros, as FFAA, os aparatos de segurança, as empresas privadas de segurança, o para-militarismo e o crime organizado. Além da presença militar estrangeira.

Como é óbvio, há sobre cada um destes pontos uma enorme polêmica, que envolve diferentes visões acerca da conjuntura internacional, incluindo especialmente a situação político-militar (vide o atentado dos EUA no aeroporto de Bagdá, vitimando entre outros um dos principais comandantes militares iranianos); sobre o conflito entre Estados Unidos e China, em torno da hegemonia mundial; e sobre os sinais de que pode ocorrer algo de gravidade similar aos fatos de 2008.

l) O padrão de desenvolvimento adotado pelo Brasil, a partir de 1930, foi uma resposta a crise global do capitalismo. No final dos anos 1970, a crise do padrão de desenvolvimento adotado sob tutela de Vargas decorreu de outra crise global do capitalismo. Desde os anos 1990, o Brasil está sob hegemonia do chamado neoliberalismo, leia-se, da coalizão entre capital transnacional, financeiro e agronegócio. Durante algum tempo, houve na esquerda brasileira quem imaginasse ser possível, mesmo sem romper os marcos da hegemonia neoliberal, gerar níveis crescentes de bem-estar, liberdades democráticas, soberania nacional, integração regional e desenvolvimento. A crise de 2008 e o que veio depois mostra que o futuro que o neoliberalismo nos oferece é a volta aos dilemas da década de 1920.

m) Portanto, estamos diante de uma dupla crise: a do capitalismo global e a do capitalismo brasileiro. Crise cujas bases estruturais não foram superadas nos governos Lula-Dilma. Este aspecto precisa ser lembrado, toda vez que se debate o que ocorreu no período 2003-2016. O crescimento ocorrido naquele período, as melhorias na vida do povo ocorridas naquele período, não indicam que se tenha descoberto a fórmula pela qual o capitalismo brasileiro poderia achar seu rumo, depois do longo período aberto pela crise dos 1970. Caso o golpe não tivesse ocorrido, o problema estaria posto, mesmo que com outras formas políticas.

Vale lembrar que algum “crescimento” capitalista sempre é possível, enquanto houver capitalismo. A questão é o que entendemos por “crescimento”. O capitalismo moderno tem alergia a reformas estruturais e tem compulsão por gerar destruição em larga escala. Se conseguirmos sobreviver, desta destruição e da reação popular a ela pode brotar um novo período de certo “equilíbrio”, com algum tipo de “desenvolvimento” capitalista.

n) Por isto é excesso de otimismo falar que a estratégia da conciliação esta “esgotada”. Volta e meia haverá pretextos para ela, sejam pretextos políticos (o mal menor contra o fascismo), sejam pretextos econômicos (algum crescimento é melhor que nenhum) etc.

o) Por isso, também, é uma besteira achar que a classe dominante brasileira não dispõe de um “projeto para o país”. Claro que tem, sendo tal projeto este aí que estamos vendo. Neste “projeto”, que domina o Brasil desde sempre, os interesses do povo brasileiro nunca foram variável dominante, sempre foram variável dominada. A classe dominante quer lucrar e dominar, não quer nem deseja fazer “politica social”.

Claro que “desenvolvimento”, no sentido forte e completo da palavra, que pudesse nos equiparar aos países centrais, não cabe neste “projeto”. Mas a conclusão que daí decorre é que o “desenvolvimentismo” é uma doutrina limitada, porque submetida aos limites do capitalismo. Alias, um dos pontos cegos das teorias “desenvolvimentistas” foi exatamente o papel político do Estado.

p) Seja qual for a velocidade e seja quais forem as formas com que evolua a conjuntura imediata, precisamos deixar claro que o socialismo é uma alternativa concreta para a situação atual do país. Sem o socialismo, serão sempre capengas todas as tentativas de viabilizar bem-estar, liberdades, soberania, integração e desenvolvimento. Portanto, demore pouco ou demore muito, o socialismo é a alternativa. A verdade é que não haverá, para a grande maioria do povo, de maneira sistemática e sustentável, nem bem-estar social, nem liberdades democráticas, nem soberania nacional, nem integração regional, nem desenvolvimento, sem socialismo.

## Balanço de 2019: os retrocessos do governo federal na política agrária, agrícola e ambiental

por João Pedro Stedile<sup>1</sup>

O primeiro ano do governo do capitão Bolsonaro, representou uma clara opção de políticas para o campo, de favorecimento aos interesses do capital, representados pelos latifundiários, agronegócio, madeireiros, mineradoras, grileiros e as empresas transnacionais do agro. Em contraposição, houve enormes retrocessos nas políticas agrária, agrícola e ambiental prejudicando a todos trabalhadores/as rurais e a ampla maioria do povo brasileiro. Confira a seleção que fizemos das principais medidas:

1. Paralisação da reforma agrária. Nenhuma fazenda foi desapropriada. A constituição é clara, todas as grandes fazendas improdutivas (em geral acima de mil hectares) devem ser desapropriadas. Paga-se ao latifundiário com títulos da dívida agrária e distribui-se às famílias sem-terra. Nenhuma família foi assentada.
2. Nenhuma área indígena foi demarcada ou legalizada. Há 236 processos de demarcação de áreas indígenas, paralisados em diversas fases do andamento. Alguns foram acionados por decisão judicial, tal o desmando do governo. Foram registrados no ano 160 casos de invasões e agressões a povos indígenas por latifundiários, madeireiros, mineradoras e garimpeiros. (fonte CPI-SP)
3. Nenhuma área quilombola foi demarcada ou legalizada. Existem 3 mil comunidades sem demarcação e 1719 processos de titulação paralisados no INCRA.
4. Edição de Medida Provisória-MP 910 normatizando a legalização de terras públicas griladas na Amazônia legal por latifundiários, bastando autodeclaração de que já estão ocupando.
5. Aprovação no congresso, por iniciativa do governo, de normas para privatizar a venda de água potável e o saneamento, entregando para as empresas e ao capital estrangeiro.
6. Envio de Medida provisória, autorizando a venda de terras para o capital estrangeiro (ainda não aprovada pelo congresso)! No passado até as forças armadas se opuseram, por ferir a soberania nacional. Agora, no governo, se calam!
7. Paralisação do programa de compra antecipada de alimentos, o PAA. O programa administrado pela CONAB chegou a aplicar mais de um bilhão de reais por ano, (em 2019 foram aplicados apenas 92 milhões) e representava um estímulo à produção de alimentos saudáveis e uma garantia aos camponeses que poderiam vender ao governo, recebendo a vista. A CONAB comprava mais de 360 tipos de alimentos que eram destinados a hospitais, escolas, creches, presídios, quartéis, cestas básicas aos pobres, etc. E 5% dos recursos do PAA eram aplicados na compra de sementes crioulas, para redistribuição aos camponeses e também está paralisado.
8. Paralisação do PRONERA. O programa estimulava às universidades públicas construírem cursos especiais, na forma de alternância, realizando vestibular específico para filhos de camponeses. Isso permitia que eles ficassem dois meses em aulas e dois meses de volta às suas comunidades. Milhares de jovens do interior tiveram a acesso à universidade, se formaram e permaneceram no campo, graças a esse programa.
9. Paralisação dos programas de Ates e Ater: assistência técnica e fomento para agricultura familiar e assentamentos. Milhares de agrônomos, veterinários, assistentes sociais, perderam emprego. E centenas de comunidades perderam assistência técnica.

<sup>1</sup> Agradeço as contribuições recebidas de diversos companheiros/as que atuam como pesquisadores e especialistas nos diversos temas aqui abordados, e também nas assessorias no congresso e instituições públicas.

10. Paralisação do programa de habitação rural, dentro do programa minha casa minha vida. Há ainda um enorme deficit de moradias no campo. O programa organizava a construção de moradias novas e financiava reformas, em assentamentos e comunidades rurais de agricultura familiar.
11. Paralisação da implantação do PRONARA (programa nacional de redução do uso de agrotóxicos) e do programa nacional de apoio a agroecologia. Os dois programas foram transformados em lei, porém o atual governo simplesmente os ignorou nas políticas e no orçamento da União.
12. Liberação geral de 502 novos rótulos de agrotóxicos, muitos deles proibidos de serem vendidos nos países de origem. Flexibilizando parâmetros de avaliação, monitoramento de toxicidade e atendendo apenas aos interesses das quatro grandes empresas transnacionais: Bayer/Monsanto, Basf, Corteva (DowDupont) e Syngenta. Atualmente mais da metade dos alimentos que chegam aos supermercados estão contaminados por venenos agrícolas. Que comprovadamente afetam a saúde de toda população, produzindo inclusive alguns tipos de câncer.
13. Liberação do porte de armas, de qualquer calibre, em toda extensão das fazendas. Essa medida interessa apenas às fábricas de armas, e induz aos latifundiários a impunidade e a contratação de pistoleiros. Como se os problemas de conflitos de terra ou de roubos no meio rural se resolvessem com porte de armas. A responsabilidade pela segurança pública, é do estado! Voltamos à idade média, à lei do mais forte ou do melhor armado.
14. Estimulo à violência, com a impunidade garantida aos policiais. Em diversos estados houve durante o ano ações de despejos de famílias acampadas, sem que houvesse autorização judicial ou processo de negociação, para definir aonde seriam colocadas as famílias. Esses abusos foram cometidos por autoridades policiais, locais, que influenciadas pelo latifundiário e pelo discurso ideológico bolsonarista cometerem esses abusos a revelai da lei.
15. Aumento da violência dos latifundiários no campo, em especial na fronteira agrícola para disputa de terras. A CPT registrou aumento dos conflitos durante 2019 e a ocorrência de 29 assassinatos de lideranças incluindo indígenas e quilombolas.
16. A Aprovação da Reforma da previdência retirou direitos da imensa maioria dos trabalhadores/as rurais, aumentando a idade de aposentadoria e diminuindo valores e número de benefícios do INSS para o campo. Essa medida afeta a distribuição de renda no campo, aumenta as dificuldades das famílias que dependiam desses benefícios e inviabilizará a economia de diversos municípios do interior do país.
17. Liberalização das regras para registro e monitoramento de novas plantas transgênicas (OGMs), potencializando o risco dessas tecnologias para saúde humana, animal e ao meio ambiente; já que se isentou de estudos sobre impactos no meio ambiente e na saúde das pessoas.
18. Nomeação de Ministro de Meio Ambiente, condenado por crime ambiental; e do Dep. Valdir Colatto (MDB-SC), para presidência do Serviço Florestal Brasileiro; ambos com curriculum e comportamento claramente anti-meio ambiente e preservação da natureza.
19. Nomeação de policiais e ex-policiais em substituição à especialistas, no Ministério do Meio Ambiente; e ameaças a servidores públicos no cumprimento de suas obrigações na gestão ambiental em todo país; desativação dos conselhos paritários de gestão ambiental e desmantelamento do sistema nacional de monitoramento ambiental e fim do diálogo com a sociedade civil.
20. Estimulo ao desmatamento e queimadas de florestas na Amazônia. “Eu sou o capitão motosserra”, pregou o Presidente; Em 2015 foram desmatados 6.207 Km quadrados, e agora em 2019 atingiu a 9.762 Km quadrados, com aumento de 50%;

21. Estimulo à invasão de áreas públicas e de proteção ambiental; A edição da MP 901 pretende diminuir o percentual de reserva legal nos imóveis dos latifundiários e diminuir o número de áreas de conservação natural, pertencentes a União.
22. Estimulo a mineração ilegal em áreas indígenas e de proteção ambiental;
23. Suspensão da proibição que havia de plantio de cana-de-açúcar nos biomas do Pantanal e da Amazônia. Esse monocultivo vai gerar enormes problemas ambientais nas duas regiões, como advertiram diversos cientistas.
24. Criminalização de militantes de ONGs e movimentos de luta em defesa do meio ambiente; como o exemplo patético da prisão injusta de ativistas na Amazônia, manipulada por policiais e madeireiros bolsonaristas.
25. Criminalização e perseguição a pesquisadores e cientistas de instituições públicas de pesquisa voltadas para questão ambiental;
26. Redução drástica do orçamento Embrapa, o que significa menos pesquisa e conhecimento para os que mais precisam, os camponeses; já que o agronegócio se ampara nas pesquisas das transnacionais. Impacta na soberania nacional sobre a ciência e tecnologia agropecuária. E vai preparando as condições para sua privatização que é o sonho do agronegócio.
27. Desmantelamento do programa de construção de cisternas no semiárido nordestino. Se mantiveram apenas os contratos antigos. Os recursos caíram de 26 milhões em 2015, para apenas 10 milhões de reais em 2019. Nos governos Lula-Dilma investiu-se mais de um bilhão de reais na construção de um milhão de cisternas para abastecimento de água da chuva às famílias camponesas.
28. Desmantelamento e aparelhamento do INCRA pela UDR (famigerada União Democrática Ruralista – entidade dos latifundiários que organizava a violência contra os trabalhadores rurais), nomeação de pessoas que são contra a reforma agrária. E até policiais em superintendências estaduais.
29. Centenas de comunidades de povos indígenas, quilombolas e assentamentos, perderam atenção médica com o fim do programa MAIS MÉDICOS e a presença dos médicos cubanos, únicos que se dispunham a atender essas comunidades.
30. A adesão do governo Bolsonaro, ao acordo de livre comércio entre Mercosur-EU. Felizmente contestado até por diversos países europeus e certamente será vetado pela Argentina, pois colocava em risco, não só a indústria brasileira e do cone sul, mas também a produção da agricultura familiar, de leite, queijos e vinho, entre outros produtos, pela liberação total da entrada de produtos europeus.
31. A política de abandono da agricultura familiar teve consequências também na indústria de máquinas agrícolas. Em 2015 vendeu-se 55.262 tratores, e em 2019 foram vendidos apenas 46.457 tratores.
32. A Emenda Constitucional que propõe eliminar 1247 pequenos municípios brasileiros, com isso dificultará o acesso da população interioriana mais pobre aos serviços de educação, saúde, estradas, de bancos e do correio, lá oferecidos.

São Paulo, 31 de dezembro de 2019

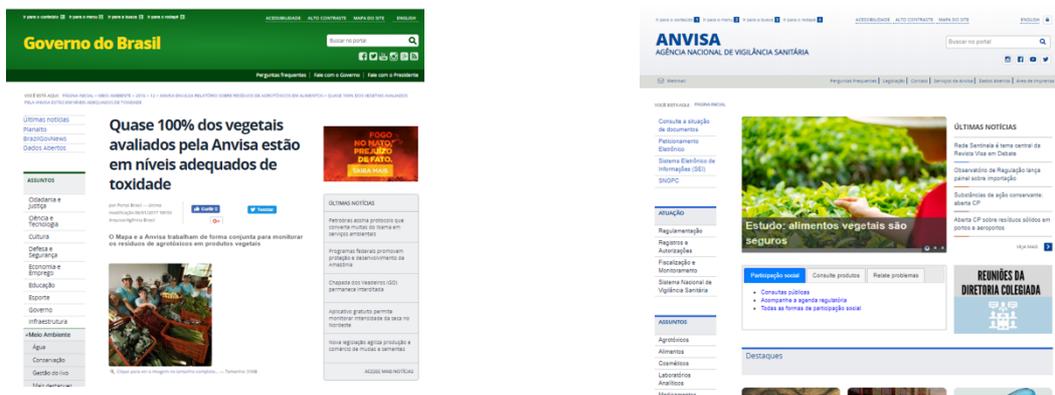
## Agrotóxicos em alimentos: O Programa de Análises de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos da Anvisa (PARA)

por Aline do Monte Gurgel e Karen Friedrich<sup>2</sup>

### Programa de Análises de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA)

O PARA é um Programa que consiste na coleta e análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos de origem vegetal coletados em alguns municípios brasileiros. A proposta é que os resultados das análises, coordenadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), sejam compilados e divulgados para a sociedade.

Os últimos resultados foram divulgados nos anos de 2016 – e foram referentes às análises dos alimentos coletados entre 2013 e 2015; e de 2019, quando os resultados dos alimentos coletados entre agosto de 2017 e junho de 2018 foram divulgados. Nesses dois momentos observou-se uma clara estratégia de comunicação voltada à minimização do risco e banalização dos resultados encontrados (Figura 1).



<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2016/12/anvisa-divulga-relatorio-sobre-residuos-de-agrotoxicos-em-alimentos/13-12-2016-agricultura.jpg/view>  
 Acesso em: 23/10/2017

Acesso em: 23/10/2017

Figura 1: Divulgação dos resultados do PARA em 2016 e em 2019.

### Conceitos importantes para entender o PARA

Diante da estratégia de “ocultação dos riscos” observada mediante a forma como os resultados das análises do PARA vêm sendo divulgados para a sociedade, torna-se importante compreender alguns termos que auxiliam na interpretação dos resultados do **Programa de Análises de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos**.

“Perigo” é a característica própria a uma substância e também pode ter como sinônimo “efeito tóxico” ou “dano”, ou seja, é o tipo e a natureza dos efeitos danosos sobre os organismos. Portanto, são exemplos de perigos associados aos agrotóxicos: câncer, problemas hormonais, reprodutivos, malformações em bebês, doenças do fígado ou rins, transtornos mentais, de comportamento, autismo, doenças neurodegenerativas como o parkinsonismo, dentre outros.

O termo “risco” é definido como a probabilidade (chance) de que esse “perigo” se manifeste nas pessoas ou nos ecossistemas expostos aos agrotóxicos. Na prática, o risco é “calculado” a partir dos resulta-

<sup>2</sup> Aline Gurgel é pesquisadora da Fiocruz/PE e Karen Friedrich é do GT Saúde e Ambiente Abrasco e Fiocruz. Ambas integram o Grupo Operativo da Campanha.

dos de estudos de laboratório, geralmente realizados em animais, e que são apresentados pelas indústrias interessadas em colocar seus produtos no mercado. As regras para realizar esse processo de “avaliação de risco” são criadas pelas agências reguladoras, e são permeadas por uma intensa interferência dessas empresas ou consultores contratados por elas.

Assim, a interpretação dos resultados da análise é orientada pelo estabelecimento de “níveis aceitáveis” de exposição a agrotóxicos, que se baseiam menos no aparecimento de determinados efeitos negativos para a saúde e mais em “**padrões negociados**” politicamente, onde as empresas interessadas no registro exercem importante influência, que pode resultar na “minimização” dos danos.

**Padrões negociados** são valores-limite que resultam da **adoção valores de natureza não científica** no monitoramento de substâncias químicas como os agrotóxicos. Esses padrões são resultados de compromissos que podem ser de ordem econômica ou política e comportam a aceitação de uma certa quantidade de risco (Pivetta et al., 2001). Conseqüentemente, esses valores acabam sendo fixados por entidades como o próprio governo, e são adotados para informar a sociedade quanto aos “riscos” diante da exposição a substâncias perigosas como os agrotóxicos.

Como exemplo dessa negociação baseada em parâmetros não científicos, quando essas normativas, ainda em fase de formulação, são submetidas a consulta pública, nada - ou quase nada - do que a sociedade civil e as instituições acadêmicas independentes sugerem considerando os reais danos para a saúde e para o ambiente, é acatado. Conseqüentemente, tem-se um processo enviesado, viciado, resultando, por exemplo, no estabelecimento de “níveis seguros” de exposição, permitindo que certas quantidades de agrotóxicos possam estar presentes na água e nos alimentos.

Um grave problema associado a essas negociações de valores seguros é que as interações entre as misturas de agrotóxicos no mesmo alimento, ou o fato da população ter contato com esses produtos por diferentes fontes (repelentes, inseticidas, medicamento, produtos veterinários etc) são ignorados durante o processo de definição dos cenários [fictícios] de segurança, ou seja, de *avaliação de risco*.

Essa avaliação de risco pode ser classificada como *ambiental*, ou seja, das pessoas que se expõem através do ambiente (ex: pulverização aérea); *ocupacional*, para os trabalhadores que se expõem durante o exercício de suas atividades laborativas, e *dietético*, para quem consome água ou alimentos contaminados com agrotóxicos.

Uma das etapas da avaliação realizada pela Anvisa consiste na avaliação do risco dietético, que consiste no “cálculo” da probabilidade de aparecimento de efeitos adversos à saúde humana, resultante da ingestão de alimentos que contenham resíduos de agrotóxicos. A partir dessa avaliação, são estabelecidos diferentes parâmetros, dentre eles, a Dose de Referência Aguda (DRfA) e a Ingestão Diária Aceitável (IDA). A DRfA seria a quantidade de agrotóxicos que, em teoria, poderia ser ingerida dentro de 24 horas sem levar ao aparecimento de sinais e sintomas. Já a IDA é a quantidade que pode ser ingerida diariamente, ao longo da vida de uma pessoa, sem causar doenças crônicas. Para avaliar o risco dietético, seja agudo ou crônico, essas quantidades são comparadas com o que é aplicado nos alimentos, de forma regular, ou seja, obedecendo o Limite Máximo de Resíduos (LMR).

O LMR é definido como a quantidade máxima de agrotóxico permitida no alimento e é calculado a partir de estudos agrônômicos, levando-se em conta características de cada alimento para o qual é permitido, questões climáticas, dose necessária para combater a “espécie-alvo”. Se o agrotóxico é encontrado em quantidades maiores do que o LMR, os limites de segurança – que não são necessariamente seguros! – podem ser ultrapassados.

## O PARA em números

O Quadro 1 apresenta os principais números relacionados aos dos últimos relatórios divulgados. A Figura 2 apresenta os resultados globais com relação a quantidade de resíduos de agrotóxicos encontrados de forma “regular” ou “irregular” dentro dos critérios de avaliação de risco dietético e de definição da DRfA, IDA e LMR.

Quadro 1: Números gerais apresentados nos relatórios divulgados em 2016 (período 2013-2015) e em 2019 (período 2017-2018).

	2013-2015	2017-2018
<b>Número de amostras analisadas</b>	12,051	4,616
<b>Ingredientes Ativos pesquisados</b>	232	270
<b>Culturas analisadas</b>	abacaxi, abobrinha, alface, arroz, banana, batata, beterraba, cebola, cenoura, couve, feijão, goiaba, laranja, maçã, mamão, mandioca (farinha), manga, milho (fubá), morango, pepino, pimentão, repolho, tomate, trigo (farinha) e uva.	abacaxi, alface, alho, arroz, batata-doce, beterraba, cenoura, chuchu, goiaba, laranja, manga, pimentão, tomate e uva
<b>% de alimentos com risco agudo</b>	1,11	0,89%
<b>% de alimentos com risco crônico</b>	Não calculado	0%

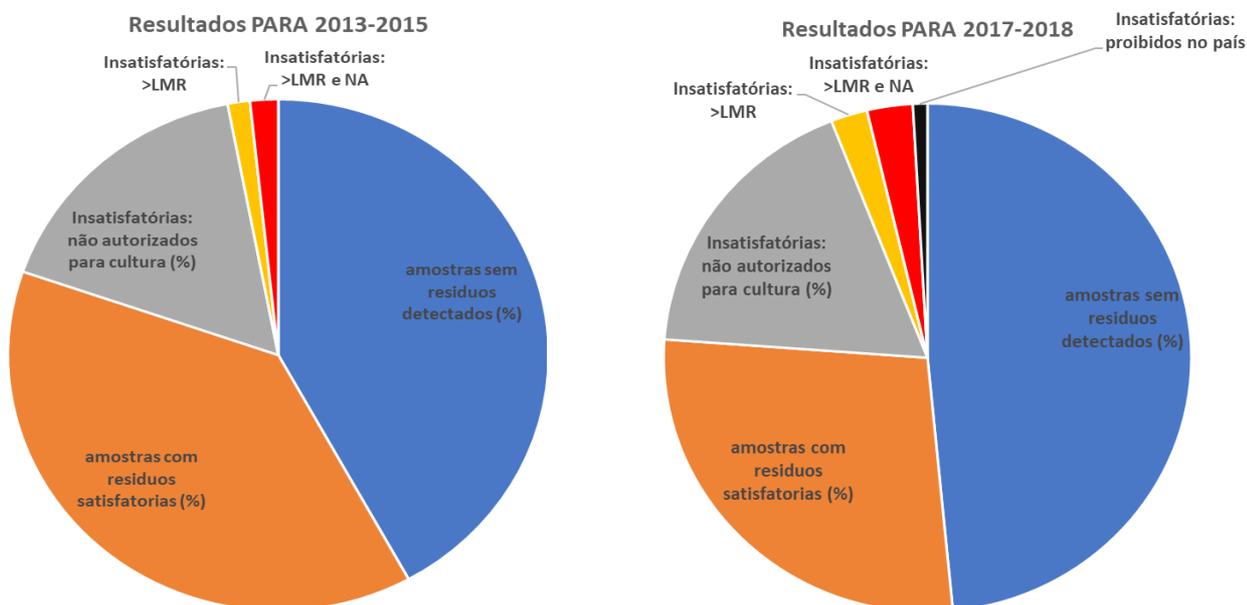


Figura 2: Resultados das pesquisas de agrotóxicos em alimentos. Fonte: Fiocruz.

## Agrotóxicos mais encontrados

Segundo a Anvisa, no período de 2013 a 2015 foram pesquisados 232 resíduos de agrotóxicos e em 2017-2018 teriam sido 270, embora só tenham sido encontrados registros de no máximo 243 agrotóxicos para alguns alimentos. Em 2013-2015, os agrotóxicos mais encontrados foram: carbendazim, ditiocarbamatos, acefato, tebuconazol e imidacloprido. Em 2017-2018 foram encontrados em maior número de amostras o imidacloprido, tebuconazol, carbendazim, piraclostrobina e ditiocarbamatos. Esses agrotóxicos são usados principalmente como inseticidas e fungicidas e estão associados ao surgimento

de doenças neurológicas, problemas reprodutivos, hormonais, mutações no material genético e elevada toxicidade pra abelhas.

Destaca-se que nem todos os agrotóxicos comercializados no país foram analisados pelo PARA (Figura 3).

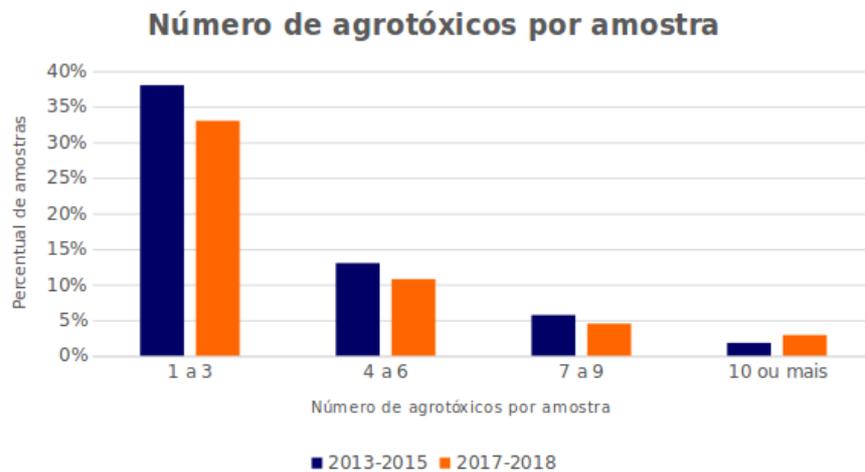


Figura 3: Número de agrotóxicos em uma única amostra de alimentos. Fonte: Fiocruz.

A preocupação com o risco de aparecimento de doenças, agudas ou crônicas, em decorrência da presença de misturas de agrotóxicos pode ser comprovada a partir dos dados que mostram a presença de vários agrotóxicos em uma única amostra de alimento analisada. O quadro pode ser ainda mais grave ao se considerar que vários agrotóxicos comercializados no país não são analisados.

#### **Fatores limitadores e limitados pelos programas de monitoramento de agrotóxicos no Brasil**

a) Os alimentos são coletados em poucas cidades; b) Não são analisados alimentos industrializados; c) Dificuldade de rastrear as amostras até o produtor e, assim, organizar ações para orientar sobre os perigos do uso de agrotóxicos e possibilidades de cultivo sem venenos (agrotóxicos e adubos químicos); d) Os dados de comercialização de agrotóxicos por alimento e por município não são publicados, dificultando compreender as razões que levam ao uso de químicos; e) priorizar as pesquisas de agrotóxicos em água e alimentos; f) organizar o sistema de saúde para diagnosticar e tratar os casos de intoxicação mais esperados; g) estabelecer relações causa e efeito entre intoxicações e uso de agrotóxicos.

#### **Limitações dos processos de análise e cálculo de risco agudo e crônico realizado no PARA**

a) A definição dos limites de segurança utiliza metodologias desenvolvidas com envolvimento das empresas; as condições de segurança não consideram cenários reais de uso ou outros fatores determinantes do processo saúde-doença; b) os limites de segurança estabelecidos (DRfA e IDA) são calculados como se a pessoa só ingerisse um agrotóxico, desconsidera as interações entre diferentes ingredientes/princípios ativos de agrotóxicos, entre estes e outros componentes da formulação dos produtos e entre estes e outros contaminantes presentes nos alimentos como metais pesados presentes nos adubos químicos, dentre outros; c) as interações entre os agrotóxicos e outras substâncias químicas presentes nos alimentos não podem ser calculados apenas “somando-se” os efeitos (quantitativamente),

as interações geram efeitos complexos e que nem sempre são observados quando os agrotóxicos são usados isoladamente.

### **Considerações finais**

O Guia Alimentar Para a População Brasileira, do Ministério da Saúde, publicado em 2014, recomenda o consumo de alimentos in natura, preferencialmente orgânicos e de base agroecológica, evitando os processados e ultraprocessados. Sobre estes, o Guia problematiza que sua produção “estimula monoculturas dependentes de agrotóxicos e uso intenso de fertilizantes químicos e de água, em detrimento da diversificação da agricultura (p.46)”, além de se utilizar de matérias-primas a base de soja e milho geneticamente modificados (transgênicos) que, por sua vez, retroalimentam a demanda de uso de agrotóxicos, em especial herbicidas.

Além das intoxicações por agrotóxicos, comuns aos trabalhadores da agricultura e de residentes próximos a áreas de cultivo, incluindo comunidades e povos tradicionais, outras consequências nefastas são cada vez mais frequentes, tais como, contaminação de fontes de água, diminuição da qualidade do solo e danos à biodiversidade.

As agências reguladoras, indústrias e seus consultores repetidamente afirmam que as quantidades de agrotóxicos encontradas nos alimentos não causam problemas para quem os consome. Essas afirmativas desconsideram todo o contexto de utilização dessas substâncias, que são permeados por imensas vulnerabilidades sociais, políticas e institucionais, que acabam por aumentar as situações de exposição e agravar os quadros de intoxicação.

Contudo, sabe-se que esses argumentos são facilmente questionados perante o princípio da precaução e estudos científicos bem conduzidos, que evidenciam que a presença de agrotóxicos em alimentos, ainda que em baixas doses, pode causar danos graves e potencialmente irreversíveis às populações afetadas.

## Panorama internacional sobre agrotóxicos

*por Alan Tygel, do Grupo Operativo da Campanha*

Apesar de não haver, atualmente, fontes seguras sobre o consumo mundial de agrotóxicos, ainda é certo que o Brasil continua sendo o mais importante mercado mundial destas substâncias. Outros países relevantes são China, Estados Unidos, Índia, Rússia, Indonésia, Argentina e França.

Os países com produção agrícola relevante podem ser divididos em dois grupos: (i) aqueles localizados no centro do capitalismo; (ii) países localizados na periferia do capitalismo. Os primeiros gozam de regulações muito mais estritas, mas que ao mesmo tempo são sede das multinacionais agroquímicas. Os demais representam a maior fatia do mercado consumidor, especialmente para os produtos já proibidos no países do primeiro grupo.

No primeiro grupo, situam-se principalmente os países da União Europeia (UE), mas também Canadá e EUA, apesar de que a regulação estadunidenses é bem mais frágil do que na UE. No segundo grupo, além do Brasil, destacam-se Argentina e Paraguai, sudeste asiático (principalmente Índia) e em menor grau países africanos como Etiópia, Egito e África do Sul.

Grande parte da produção mundial de agrotóxicos tem sido transferida para a China, que ao mesmo tempo que vem endurecendo as regulações sobre agrotóxicos. Podemos dizer que a China está em transição do grupo (ii) para o grupo (i).

2019 foi o ano da consolidação das fusões e aquisições ocorridas no mercado mundial de agrotóxicos. Cerca de 84% do mercado mundial de agrotóxicos é controlado por 4 empresas:

1. Bayer-Monsanto, com sede na Alemanha, e 27,4% do mercado
2. Syngenta-ChemChina, com sede na Suíça/China, e 26,9% do mercado
3. Dow-Dupont (Corteva), com sede nos EUA, e 16,8% do mercado
4. BASF, com sede na Alemanha, e 12,9% do mercado

A seguir, alguns acontecimentos internacionais relevantes no ano de 2019:

### **Índia**

O drama dos suicídios de agricultores na Índia continua. A região de Punjab, maior produtora agrícola do país, registrou 900 suicídios de agricultores endividados só nos últimos dois anos. A região também tem a maior taxa de câncer do país.

Ao mesmo tempo, o mesmo país apresenta o mundo o exemplo de Sikkim, um estado indiano na região do Himalaia que alcançou 100% de produção orgânica. O projeto foi iniciado em 2003 e em 2016 o estado alcançou a marca nos seus 75.000 hectares de plantações. Sikkim é o segundo maior produtor de cardamomo do mundo, e produz também gengibre, kiwi, tangerina, arroz e milho, além de legumes diversos.

### **Convenção de Estocolmo**

O Brasil é signatário da Convenção de Estocolmo sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), dentre os quais estão incluídos muitos agrotóxicos. Havia uma expectativa de que este ano fosse incluído na lista de POPs a sulfluramida, agrotóxico muito utilizado para controle de formigas em plantações de eucalipto. Quando se degrada no solo, a sulfluramida transforma-se em PFOS (sulfato de perfluoro-octano), uma substância tóxica bioacumulativa que pode persistir no meio ambiente por centenas de anos. O Brasil é o principal produtor mundial de sulfluramida, substância que já não é mais fabricada nos Estados Unidos, na Europa e que, ainda este ano, teve produção interrompida também na China.

## **França**

Na Europa, a França é o país que vem tomando a dianteira em medidas para redução dos agrotóxicos. A partir de 2020, começam a valer regras sobre distâncias mínimas de 5 a 10 m entre uso de agrotóxicos e residências. A distância ainda está abaixo do que esperava a população, mas também provocou grande reação entre produtores de vinho, que alegam perder grandes áreas de produção.

Além disso, cerca de uma centena de municípios aprovou leis restritivas aos agrotóxicos no nível local, muitas delas estabelecendo distâncias mínimas de mais de 100 m.

## **Glifosato**

Nos EUA, já são 3 processos em que a Bayer/Monsanto foi condenada por causar câncer através do glifosato. Mais de 10.000 processos estão correndo na justiça estadunidense. O último veredito, de maio de 2019, condenou a empresa a pagar U\$ 2 bilhões para um casal que desenvolveu linfoma não-Hodgkin, um tipo de câncer.

A licença do Glifosato na União Europeia está válida até 2023, e tanto Alemanha quanto a França já deram declarações de que pretendem banir o produto independente da decisão do bloco sobre um possível extensão. A decisão, no entanto, enfrenta forte oposição do lobby ruralista europeu.

## **Arroz dourado**

Há de 20 anos sendo desenvolvido, o chamado “arroz dourado” conseguiu sua primeira aprovação comercial nas Filipinas em dezembro de 2019. O arroz é geneticamente modificado para, em tese, conter maiores teores de vitamina. Na verdade, a modificação é apenas uma desculpa para o controle das sementes de arroz, a principal cultura do sudeste asiático. A empresa por trás do projeto é a Syngenta. Após Filipinas, a pressão se volta à Bangladesh. Movimentos sociais vem buscando denunciar e resistir.

## **Chlorpyrifos banido na UE**

A União Europeia banuiu em dezembro de 2019 o Chlorpyrifos, agrotóxico que causa danos ao cérebro de crianças, provocando distúrbios de atenção e redução do QI. A substância é a nona mais vendida no Brasil, com 7.150 toneladas comercializadas em 2018. O chlorpyrifos é vendido por diversas empresas como Bayer, Dow, Nufarm, Adama e FMC, com nomes comerciais como Astro, Curinga ou Capataz. O principal uso é em citros. Objetivo agora é avançar para o banimento das importações de produtos contendo resíduos de chlorpyrifos.

## **Acordo União Europeia-Mercsul**

Celebrado em junho de 2018, o acordo facilita uma série de transações comerciais entre os dois blocos. Um dos principais beneficiados serão o agronegócio brasileiro. Na União Europeia, há um temor de que o acordo facilite a entrada de produtos brasileiros com resíduos de agrotóxicos proibidos. Isto porque o princípio da precaução, que possibilitaria ao bloco europeu recusar um produto com base no nível de resíduos, ficou enfraquecido. O acordo prevê a possibilidade da chamada Tolerância de Importação, que abrirá exceções para importação de produtos com mais agrotóxicos do que permite a lei europeia.

## Por uma lei de redução de agrotóxicos

*por Juliana Acosta, do Grupo Operativo da Campanha*

O uso de agrotóxicos no Brasil é regido pela Lei n. 7.802/1988, que garante, por exemplo, a necessidade de aprovação unânime de um agrotóxico por órgãos de agricultura (MAPA), saúde (ANVISA) e meio ambiente (IBAMA) e que proíbe o registro de agrotóxicos que causam câncer, alterações genéticas e distúrbios hormonais. Ainda que tenha fragilidades, a legislação vigente traz concepção de proteção da saúde e do meio ambiente que não podemos abrir mão.

Esta legislação corre risco de ser alterada pelo Projeto de Lei n. 6.299/2002 e seus apensados, também conhecido como Pacote do Veneno, que começa mudando o termo “agrotóxico” para “pesticida”, em uma nítida tentativa de maquiagem a realidade e diminuir a percepção de risco da população. Dá também maior poder ao MAPA, que passaria a ser o órgão responsável pelo registro dos agrotóxicos, restando ao IBAMA e ANVISA apenas avaliar ou homologar avaliações. E mais uma série de flexibilidades e vantagens sobre liberação de agrotóxicos que podem criar uma indústria de registros temporários.

Mas se o uso de agrotóxicos e a decorrente intoxicação aumentam a cada ano, também a preocupação da população com a alimentação e com a qualidade da água consumida parece se elevar. A plataforma chega de agrotóxicos já conta com mais de 1.700.000 assinaturas pedindo a rejeição do pacote do veneno e a aprovação da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos - PNaRA.

Centenas de entidades se posicionaram contra o projeto que flexibiliza as leis de agrotóxicos no Brasil, como por exemplo: INCA, Fiocruz, Anvisa, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União e a ONU. Toda esta mobilização resultou em dificuldades na aprovação do pacote do veneno, que ainda precisa ser votado no plenário da Câmara dos Deputados.

### **A Política Nacional de Redução de Agrotóxicos**

No ano de 2012 foi lançada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – (PNAPO), que evidenciou a relação entre uso de agrotóxicos e impactos socioambientais como a degradação do solo, contaminação de água e alimentos e as ameaças à saúde e qualidade de vida da população. Assim, foi constituído pelo governo, com participação da sociedade, um Grupo de Trabalho responsável pela elaboração de uma proposta para reduzir as facilidades para produção, importação, registro e uso de agrotóxicos no Brasil, o que resultou no Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara).

No final de 2014 o texto do Pronara já havia tido seu mérito aprovado na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), mas nunca foi implementado devido a resistências impostas pelo Ministério da Agricultura. Assim, um conjunto de entidades optou pela estratégia de transformar o programa em uma política, que foi apresentada à Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados pela Abrasco – Associação Brasileira de Saúde Coletiva. E em 13 de dezembro de 2016, a proposta se converteu no Projeto de Lei 6670/2016, que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos – a PNaRA.

A PNaRA tem como objetivo aperfeiçoar a atual lei de agrotóxicos na garantia do direito à saúde da população e ao meio ambiente equilibrado, propondo, entre outros pontos:

- Avaliação periódica de agrotóxicos ao menos a cada 10 anos.
- Estímulo aos Sistemas de Produção e Tecnologias Agropecuárias Sustentáveis.
- Remoção de subsídios e de benefícios tributários para a utilização de agrotóxicos.
- Incentivo às compras governamentais de alimentos oriundos de sistemas de produção sem agrotóxico, de base orgânica ou agroecológica.

- Incentivo econômico superior a 20% aos produtos agroecológicos nas demais compras do governo federal.
- Aprimoramento do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos de Alimentos - PARA, a ser implementado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.
- Estipulação de metas para redução de: (a) área plantada e agrotóxicos; (b) casos de intoxicação; (c) número de casos e dos níveis de resíduos de agrotóxicos encontrados nos recursos hídricos e, em especial, nos mananciais de captação de água potável; (d) uso de agrotóxicos com efeitos sobre organismos benéficos, principalmente os polinizadores; (e) utilização de agrotóxicos com maiores níveis de toxicidade.

No entanto, considerando a correlação de forças na Câmara dos Deputados e os anseios da bancada ruralista, temos um cenário em que é possível passar o pacote do veneno, que retrocede nos avanços ambientais e de saúde conquistados na atual lei de agrotóxicos e a PNaRA, que busca aperfeiçoar a atual regulação no sentido da proteção da sociedade, ser rejeitada.

Assim, tão importante quanto nos mantermos nacionalmente mobilizadas e mobilizados em defesa da PNaRA (PL 6670/2016), é promovermos articulação em cada território para o desenvolvimento de experiências que promovam a consciência da população e avancem em políticas municipais e estaduais, a exemplo do que já vem ocorrendo em alguns locais. Se avançarmos nesta tática, mesmo que a PNaRA, eventualmente seja derrotada, teremos garantido algumas conquistas.

No site da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida é possível baixar uma cartilha que orienta como elaborar projetos de lei para redução de agrotóxicos e também experiências legislativas já conquistadas em alguns estados e municípios.

## Políticas econômicas de incentivo aos agrotóxicos no Brasil: reduções e isenções fiscais

por Aline do Monte Gurgel, Karen Friedrich, Naiara Andreoli Bittencourt e Talita de Fátima Pereira Furtado Montezuma<sup>3</sup>

No Brasil, há um pacote de reduções e isenções fiscais que caracterizam renúncias e desonerações fiscais que beneficiam o modelo de produção do agronegócio. De forma geral, as normas jurídicas que estipulam as renúncias e desonerações fiscais estão descritas no quadro abaixo:

### Quadro - Base legal para a redução ou isenção de tributos para agrotóxicos no Brasil.

Tributo	Base legal	Redução/Isenção fiscal
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins)	Lei nº 10.925, artigo 1º, inciso II, regulamentada pelo Decreto nº 5.630/2005, artigo 1º, inciso II	Redução a zero das alíquotas (percentual aplicado sobre a grandeza econômica para cobrança de tributo) da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de fertilizantes e agrotóxicos.
Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep)		
Imposto sobre Importação (II)	Decreto nº 6.759/2009, artigo 136, inciso II, alínea h e artigos 172, 173, 201, inciso VI - alíquota zero  Lei nº 8.032/1990, art.2º, inciso II, alínea 'h' - isenção ou redução de impostos de importação  Resolução Camex nº 125/2016, Anexos I e II - estabelece as alíquotas do II que compõem a Tarifa Externa Comum (TEC) e a Lista de Exceções à TEC	Isenção do II
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	Convênio nº 100 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)	Redução de 60% da base de cálculo (valor ou grandeza econômica sobre a qual se aplica a alíquota de um tributo)  Autorização para os estados a concederem isenção de 100% da alíquota do ICMS, que deve ser feito por Decreto do Chefe do Executivo Estadual
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	Decreto nº 8.950/2016, art. 2º, inciso II, alínea h, da Lei nº 8.032/1990	Isenção do IPI

Além das isenções e renúncias, diversos outros subsídios são concedidos ao agronegócio. Isso quer dizer que o Estado brasileiro deixa de arrecadar enormes quantias de dinheiro, que poderiam ser utiliza-

<sup>3</sup> Aline Gurgel é pesquisadora da Fiocruz/PE, Karen Friedrich é GT Saúde e Ambiente Abrasco e Fiocruz, Naiara Bittencourt é integrante da Terra de Direitos e Talita Montezuma é do PSOL. Aline, Naiara e Karen também integram o Grupo Operativo da Campanha.

das para melhor atender aos interesses da sociedade, para que o agronegócio eleve ao máximo suas vantagens financeiras.

Embora as isenções e renúncias fiscais estejam previstas em lei, a tributação em atividades de elevado custo socioambiental e humano é fundamental para assegurar, ao menos em parte, a redução dos danos relacionados à exposição a produtos como os agrotóxicos, assim como para desestimular seu consumo, privilegiando práticas de menor impacto para a saúde, ao ambiente e para a sociedade.

Atualmente, a concessão de isenções tributárias aos agrotóxicos é questionada no Supremo Tribunal Federal (STF), sob o argumento principal de que esta medida “estimula um consumo intensivo que viola os direitos fundamentais à saúde e ao ambiente equilibrado” e afronta, ainda, as normas da seletividade e da essencialidade tributária. No âmbito da ação, apenas o ICMS e o IPI são objeto de impugnação.

Essa Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5553 que questiona os benefícios fiscais foi ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e diversas entidades e organizações solicitaram participação no processo, devido à complexidade do tema. A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida é uma delas.<sup>4</sup>

Alguns aspectos chamam atenção na análise da ADI nº 5.553, como o fato de que o Estado brasileiro não soube informar a) as razões técnicas que justificam a concessão dos benefícios fiscais e; b) o valor correspondente à perda de arrecadação oriunda dos benefícios concedidos.

O outro lado do espelho desta política consiste na externalização de custos socioambientais e na desconsideração da capacidade contributiva de uma indústria movida por grandes transnacionais. Os dados do Ministério da Saúde (2018, p.12) informam que no período de 2007 a 2015 foram registrados 84.206 casos de intoxicação por agrotóxicos no país.

Deste universo, estima-se que apenas para tratar as intoxicações agudas o Sistema Único de Saúde gaste 1,28 dólares para cada dólar gasto na compra de agrotóxicos (SOARES, PORTO, 2012). O estudo realizado no Paraná estimou que o custo total no estado para o tratamento de intoxicação aguda por agrotóxicos poderia significar um gasto de US\$ 149 milhões, mas que o incentivo à agricultura orgânica poderia reduzir este valor para a quantia de US\$ 25 milhões (SOARES, PORTO, 2012). Este aspecto da externalização de custos deve ser compreendido de forma integrada com os danos incalculáveis e incommensuráveis gerados sobre a qualidade das águas, solo, ar, alimentos, além da desestruturação de modos de vida locais, agravos à saúde dos trabalhadores, interdição de economias produtivas da agricultura familiar entre outros impactos que foram sistematizados em CARNEIRO (et.al, 2015).

Por outro lado, o faturamento da indústria indica uma alta capacidade econômica e contributiva. Segundo os dados do Sindiveg, em 2014 as vendas de agroquímicos representaram um faturamento de US\$ 12,3 bilhões no Brasil. Ainda que sob um percentual de declínio, o setor representou US\$ 9,6 bilhões em 2015 e US\$ 9,56 bilhões em 2016 (SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA DEFESA VEGETAL, 2017). Em 2017, a estimativa foi de US\$ 8,9 bilhões. O volume segue representando o faturamento de quase R\$ 30 bilhões anuais apenas com a venda de agrotóxicos.

Conforme os dados do próprio setor econômico constantes na ADI nº 5.553, a cultura que mais consome agrotóxicos é a soja, utilizando 55,6% das substâncias, seguida pela cana de açúcar, que utiliza em média 9,82%. Com isto, se percebe que a maior dependência do uso de agrotóxicos está nas culturas destinadas aos insumos industriais, produção de ração animal, biocombustíveis e outras finalidades

4 Em apoio à ação estão a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a organização de Direitos Humanos Terra de Direitos, a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, a Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição adequadas (FIAN Brasil), a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Já na defesa da isenção dos agrotóxicos estão a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (APROSOJA BRASIL), o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SINDEVEG), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (FEDERARROZ) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

que não dizem respeito à alimentação da população. Além disso, deve-se destacar que a soja, plantada com sementes geneticamente modificadas, é quimicamente dependente de agrotóxicos, havendo uma desproporção entre a quantidade do consumo das substâncias e o aumento da produção agrícola, o que desafia sua presunção de eficiência. Desta forma, é possível verificar que em 13 anos a produtividade da soja cresceu apenas 9,5%, enquanto que o consumo de agrotóxicos por unidade de área foi de 124% maior no mesmo período para esta cultura (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA, 2018, p. 34).

Desta síntese, pode-se observar que a) os maiores consumidores de agrotóxicos são culturas voltadas para exportação e insumos industriais ou de ração animal; b) os alimentos consumidos internamente são produzidos majoritariamente pela agricultura familiar, cujo consumo de agrotóxicos é profundamente inferior do que o da agricultura de larga escala.

O resultado deste direcionamento, no sentido de diminuir os custos e facilitar o uso de agrotóxicos, é uma política estatal liberal que favorece setores produtivos específicos e onera o erário público, já que o próprio Estado arca com altos prejuízos advindos do consumo massivo de agrotóxicos. É o deslocamento de recursos públicos aos setores privados, de forma obscura e implícita. Em verdade, tais prejuízos são socializados entre toda a população, vez que além de receberem incentivos fiscais para a venda de agrotóxicos, as indústrias raramente dispõem recursos com os danos causados à saúde e ao meio ambiente. Importante ainda destacar que se abdica da arrecadação de receita pública em um momento que há congelamento de investimento em gastos sociais por 20 anos (Emenda Constitucional nº 95/2016), sob o pretexto de enfrentamento de déficits econômicos.

Não são somente os benefícios fiscais que explicitam a política protecionista ao uso extensivo e massivo de agroquímicos. Destaca-se que, no Brasil, o registro de agrotóxicos é ad eternum, haja vista que inexistente procedimento de atualização periódica dos registros, como no caso de medicamentos, para os quais a concessão é revista a cada cinco anos. O custo para registro no país também é muito baixo, equivalente a R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) por registro, enquanto nos EUA, por exemplo, o custo é de 600 mil dólares para cada inscrição. Ademais, a ANVISA possui apenas 21 técnicos para proceder as avaliações toxicológicas e registros. A agência de proteção ambiental americana, por exemplo, apresenta 854 técnicos trabalhando nesta área (CARNEIRO et al., 2015, p. 111).

A tributação de agrotóxicos deve estar acompanhada por uma política que aplique a arrecadação na redução de danos dos impactos destas substâncias, como em políticas públicas que subsidiem e estimulem a transição para a agricultura agroecológica e familiar, preservando o preço dos alimentos. Neste sentido, contra o discurso fatalista da ausência de alternativas, pesquisas (BADGLEY, 2007) vêm demonstrando a viabilidade da produção agroecológica garantir o abastecimento de alimentos a nível local e global.

Esta transição envolve garantir aplicação prioritária para políticas públicas que estimulem práticas saudáveis e sustentáveis para o campo.

Parece um contrassenso que um país que vive uma extrema crise financeira, que propague a imprescindibilidade de cortes em investimentos sociais e políticas públicas, se oponha à arrecadação com a tributação de agrotóxicos e sobretudo onerar o erário público com os impactos danosos à saúde e ao meio ambiente que causam tais produtos. É a edificação de um Estado debilmente liberal no discurso, mas que na realidade assume os ônus dos impactos nocivos da iniciativa privada de produção agroindustrial, abstendo-se de fomentar políticas públicas e sociais adequadas à promoção da vida, da saúde e da segurança e soberania alimentar da população brasileira.

Assim, observa-se um volumoso aporte financeiro estatal aos agrotóxicos, o desestímulo à produção de alimentos agroecológicos e a predominância dos interesses empresariais na esfera institucional. O conflito entre os direitos constitucionais e o incentivo financeiro aos agrotóxicos pende de solução no Supremo Tribunal Federal. Destaca-se a ausência ou omissão de dados públicos sobre as consequências desta política econômica, obscurecendo o debate sobre as perdas de arrecadação estatal e a externalização de custos socioambientais.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. **Dossiê Científico e Técnico contra o Projeto de Lei do Veneno (PL 6.299/2002) e a favor do Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos – PNARA** - PARTE 3 - Brasília/DF Junho de 2018.

BADGLEY, Catherine; MOGHTADER, Jeremy; et.al. Organic agriculture and the global food supply. **Renewable Agriculture and food systems**, v. 22, n. 2, p. 86-108, 2007.

CARNEIRO, F.F. et al. **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CUNHA, Lucas Neves da. **Agricultura na contramão**: agronegócio, incentivos fiscais e a política de regulação dos agrotóxicos. Dissertação de Mestrado. PPPGDS/UFRRJ, 2019.

GURGEL, A. M.; GURGEL, I. G. D.; SANTOS, M. O. S. Apresentação. In: GURGEL, A. M.; GURGEL, I. G. D.; SANTOS, M. O. S. (Orgs.). **Saúde do Campo e Agrotóxicos**: vulnerabilidades socioambientais, político-institucionais e teórico-metodológicas. Recife: Editora da UFPE, p. 23-28, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário de 2006**. Disponível em [https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006\\_segunda\\_apuracao/default.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default.shtm). Acesso em: 25 ago. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a agrotóxicos**. 2018. Disponível em [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio\\_nacional\\_vigilancia\\_populacoes\\_expostas\\_agrototoxicos.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_nacional_vigilancia_populacoes_expostas_agrototoxicos.pdf). Acesso em: 23 ago. 2019.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA DEFESA VEGETAL. **Setor de defensivos agrícolas registra queda nas vendas em 2016**. 2017. Disponível em: <https://sindiveg.org.br/sindiveg-setor-de-defensivos-agricolas-registra-queda-nas-vendas-em-2016/>. Acesso em: 23 ago. 2019.

SOARES, Wagner; PORTO, Marcelo F. Uso de agrotóxicos e impactos econômicos sobre a saúde. **Rev. Saúde Pública**, v. 46, n. 2, p. 209-217, 2012.

## Os transgênicos e a associação aos agrotóxicos: Novas roupas empresariais, novas tecnologias, velhos interesses das corporações

por Leonardo Melgarejo e Naiara Bittencourt<sup>5</sup>

Novamente no campo dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) se destaca a tendência de inflexão na linha de pesquisas<sup>6</sup> que envolvem novas técnicas de edição gênica. Essas novas técnicas são precedidas e facilitadas por alterações nas normas legais vigentes<sup>7</sup> e suspensão das informações obtidas em avaliação prévia e em monitoramento pós liberação comercial. Isto é, as novas tecnologias avançam com domínio das grandes empresas e estão à margem de qualquer regulação jurídica que garanta a biossegurança brasileira.

Essencialmente, a substituição dos produtos obsoletos, por suas novas gerações, compostas por eventos piramidados que carregam vários transgenes, se apoiaria na aprovação anterior dos eventos simples, como se a combinação daqueles equivalesse a adições simples, inexistindo efeitos interativos e proliferação de entidades de pequeno porte (contratadas para realização dos ensaios de campo), que atuam como terceirizadas para as gigantes do setor, onde a concentração se resume a quatro mega-transnacionais: Corteva (englobando DowDupont e Pioneer), Bayer (engolindo a Monsanto), ChemChina (absorvendo a Syngenta) e Basf.

Os produtos transgênicos em sua quase totalidade compreendem Plantas Geneticamente Modificadas (GM) que reproduzem características anteriores de tolerância a agrotóxicos ou resistência a insetos<sup>8</sup>, especialmente em soja, milho, algodão, cana e eucalipto. Os raros ensaios avaliando resistência a fungos, viroses, bactérias, e estresses abióticos (tolerância à seca e salinidade) avançam de forma tão lenta que parecem mais associados a campanhas de marketing do que a eventos promissores.

O Eucalipto GM e o Feijão GM não estão sendo comercializados, o que sugere desinteresse comercial, ou mesmo fracasso da tecnologia.

O insucesso dos Mosquitos GM se evidencia pelo anúncio de situação de calamidade/emergência fitossanitária pela incidência de dengue nas regiões sob tratamento, pela presença de mosquitos GM (que não deveriam se reproduzir livremente) entre populações selvagens e pelo anúncio de pesquisas envolvendo novas gerações de mosquitos alterados, objetivando eliminação de fêmeas e extinção de vetores associados à dengue, malária e chikungunya. Os impactos ecológicos desta tecnologia são desconhecidos e tão ameaçadores que se busca sua proibição em escala global, ao mesmo tempo em que se teme sua liberação, no Brasil.

A quase onipresença das lavouras que são tolerantes aos herbicidas e resistentes a insetos<sup>9</sup> parece haver gerado limite intransponível às tecnologias em questão. De um lado se percebe crescente emergência de populações de insetos “praga” imunes às diferentes toxinas, bem como de plantas “invasoras” resistentes aos herbicidas aplicados. De outro, os custos envolvidos e as dificuldades técnicas relacionadas à criação de novas formulações herbicidas e de novas toxinas não permite expectativas otimistas, para aquele “tipo” de Plantas geneticamente modificadas.

Ademais, a aversão de consumidores aos alimentos derivados de transgênicos e a disponibilidade de técnicas de manipulação genética tendem a abrir oportunidade de novos ciclos. Estima-se que, nesta

5 Leonardo Melgarejo é membro da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e Naiara Bittencourt é integrante da Terra de Direitos. Ambos compõem o grupo operativo da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

6 Apontando para multiplicação de patentes em Microrganismos Geneticamente Modificados – MGM e plantas cisgênicas, isto é não transgênicas, mas com modificações genéticas.

7 Como a dispensa de análise de riscos para liberação comercial, com base na Resolução Normativa n. 16/2018 da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio

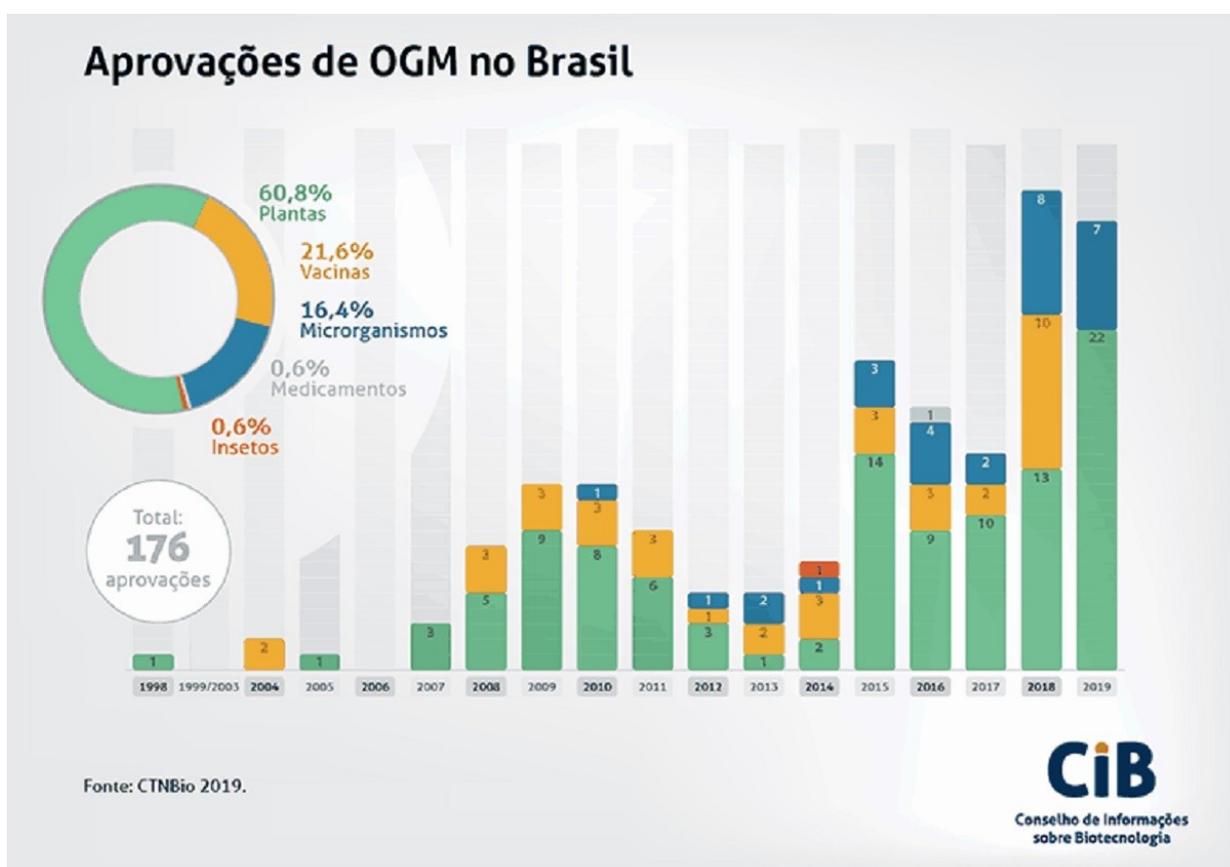
8 TH = Tolerância a Herbicidas e/ou RI= resistência a insetos – PGMs TH, RI e TH+RI, combinando as duas características.

9 TH e RI, também chamadas de Bt em função da predominância inicial de plantas geneticamente modificadas para expressão de proteínas inseticidas relacionadas a inserção de transgenes provenientes de *Bacillus Thuringiensis*.

nova fase, haverá introdução de suscetibilidade aos venenos conhecidos, nos insetos pragas e nas plantas adventícias indesejáveis. Supõe-se, ainda, que culturas de microrganismos GM, desenvolvidos em cubas gigantes e alimentados com resíduos de cana, poderão vir a gerar grande parte dos insumos hoje extraídos da flora e mesmo da fauna, para as indústrias farmacêuticas, de cosméticos e de alimentos.<sup>10</sup>

Como descritivo dos eventos em andamento, nesta fase de transição, vale lembrar que durante o governo de Jair Bolsonaro acelerou-se não apenas a aprovação de novos transgênicos (em um ano foram liberados quase tantos quanto os autorizados ocorridos nos três anos do governo Dilma) como também houve dispensas de avaliação para produtos obtidos por edição gênica (aplicação da RN16/2018 da CTNBio<sup>11</sup>), o que amplia de forma desconhecida as possibilidades de riscos para a saúde humana e ambiental.

Até setembro de 2019 foram aprovados no Brasil 176 OGMs, em maioria Plantas Geneticamente Modificadas (60,8%), mas também vacinas (21,6%) e Microrganismos Geneticamente Modificados - MGMs (16,4%), sendo estes em fase crescente. Também foram aprovados, em parcela irrelevante, medicamentos e insetos GM (0,6%).<sup>12</sup>



É importante lembrar que as decisões da CTNBio ocorrem de maneira ágil e com escassas discussões de mérito, como pode ser observado em seu último relatório anual. Nas dez reuniões de 2018, a CTNBio deliberou sobre 1.040 processos em cerca de 40 horas de apreciação coletiva. Ou seja, uma média

10 Como indicativo deste processo evidencia-se o fato da Solazyme ter transferido titularidade das linhagens de microalga *Prototheca moriformis* S2014, S5223, S6697, S8695 e S8885, aprovadas pela CTNBio, para a Corbion Produtos Renováveis Ltda, líder global do setor.

11 A CTNBio integra o Ministério da Ciência e Tecnologia e é competente para elaborar as normas técnicas de biossegurança. Sua competência envolve ainda a emissão de pareceres técnicos referentes à autorização para atividades que envolvam pesquisa e uso comercial de OGM e seus derivados. Sua composição é mista e multidisciplinar, sendo formada por 27 cidadãos brasileiros os quais, de acordo com o artigo 11, devem possuir “reconhecida competência técnica, de notória atuação e saber científicos, com grau acadêmico de doutor e com destacada atividade profissional nas áreas de biossegurança, biotecnologia, biologia, saúde humana e animal ou meio ambiente”, Segundo a Lei de Biossegurança n. 11.105/2005.

12 Para detalhamento ver matéria de Cida Oliveira, na RBA, em <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2019/10/aprovacao-de-organismos-transgenicos-mais-do-que-duplica-no-governo-de-jair-bolsonaro/>

de aprovação a cada 0,6 minutos (ou cerca de 1,6 aprovação por minuto de reunião). Considerando-se apenas os 30 casos de liberação comercial de OGMs (supondo acordo absoluto e ausência de discussão em todos os demais processos) os membros da Comissão teriam utilizado, em média, cerca de 20 minutos para exposição, análise, debates e votação, sugerindo escassa cautela sob ponto de vista científico e mesmo dúvidas quanto à qualidade técnica das decisões, as quais envolvem temas de grave impacto à biossegurança brasileira.

Assim, o que se observa é que o discurso científico que se produz na CTNBio não está dissociado do contexto político e assim, a comissão é um campo de poder no qual disputam, de um lado, “o imediatismo e o produtivismo associados a uma dada racionalidade científica e econômica tributária”<sup>13</sup>.

No caso brasileiro, portanto, é fundamental compreender a influência das elites agrárias e das gigantes transnacionais nos processos de tomadas de decisão acerca da liberação dos transgênicos no Brasil. Seus interesses fragilizam duramente a política de biossegurança em desrespeito aos fundamentos e garantias constitucionais e também os Tratados e Convenções Internacionais.

Tanto que algumas decisões da CTNBio são questionadas na justiça pela Terra de Direitos, Associação Nacional de Pequenos Agricultores – ANPA, a AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, e o IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. É o caso da primeira liberação de milho transgênico no Brasil, o Liberty Link e também da Resolução Normativa 04/2007 que estabelece a distância insuficiente de 100 metros para plantio de milho transgênicos ou 20 metros com bordadura de 10 fileiras de milho. Dentre as lacunas deixadas por essa normativa está o fato de que o milho é uma espécie de polinização cruzada/aberta, isto é, um vento forte ou a ação de polinizadores com grande capacidade de disseminação, tais como as abelhas, deslocam o pólen do milho para longas distâncias, havendo risco de contaminação caso não sejam estudadas as diferenças existentes nos diversos biomas e ecossistemas, as variáveis climáticas, ou seja, a força e a direção dos ventos e o tamanho das áreas agrícolas em determinadas regiões do Brasil.

O julgamento é decisivo para a proteção do patrimônio ambiental e cultural do país, já que os danos ambientais e socioculturais da crescente contaminação seriam irreversíveis para a sociedade brasileira. No Tribunal Regional da 4ª Região houve apenas um voto favorável à ação apresentando fundamentos técnicos que comprovam ineficiência da norma da CTNBio que deveria estipular regras para evitar a contaminação genética dos milhos crioulo e convencional pelo transgênico, porém a posição dos outros dois desembargadores, no sentido de que seria tolerável a contaminação genética, acabou prevalecendo. A RN nº 4/2007 da CTNBIO continua vigente e é a única normativa que regula a separação física entre cultivos geneticamente modificados e cultivos não-geneticamente modificados.

Agora a ação tramita no Superior Tribunal de Justiça e depende da pressão dos consumidores e agricultores para que os ministros do STJ determinem que a CTNBio edite a normativa com critérios mais rígidos ao plantio de milho transgênico e proteja os plantios de milho crioulo, agroecológico ou mesmo convencionais.

13 BOSETTI, Cleber José. Ciência e política nas decisões da CTNBio. Plural - Revista De Ciências Sociais, 19(2), 29-50. 2012  
<https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2012.74434>.

## Comida de verdade nas escolas do campo e da cidade

*Articulação Nacional de Agroecologia – ANA*

Desde a redemocratização, as organizações da agricultura familiar, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais reivindicaram a ampliação e a construção de políticas públicas. Esses segmentos sociais responderam fortemente aos estímulos gerados pelas políticas criadas ou fortalecidas a partir dos anos 2000, contribuindo para as políticas de promoção da segurança alimentar e nutricional da população e para a superação da pobreza.

Infelizmente, vivemos atualmente no Brasil um cenário de redução expressiva do orçamento e desmonte de muitas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, a agroecologia e a promoção da segurança alimentar e nutricional. Os movimentos sócias têm se mobilizado para reivindicar a permanência dessas políticas, tais como o Programa Cisternas no Semiárido, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e demais programas da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), além do reconhecimento dos territórios das comunidades tradicionais.

A população brasileira, que atualmente é de mais de 200 milhões de pessoas, é em sua maioria urbana: cerca de 85%. A agricultura familiar é numericamente majoritária em relação às unidades patronais, responde pela maior parte do emprego rural e produz a maioria dos alimentos consumidos pela população, apesar da persistente concentração fundiária (segundo o Censo Agropecuário de 2017, estabelecimentos com área superior a 1.000 hectares controlam 47,5% das terras).

Em relação à qualidade da alimentação da população brasileira, verificam-se dados preocupantes. Segundo a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2008-2009, realizada pelo IBGE, 48% da população estão com sobrepeso e 15% já se classificam em estado de obesidade. A parcela dos meninos e rapazes de 10 a 19 anos de idade com excesso de peso passou de 3,7% (1974-75) para 21,7% (2008-9). Entre meninas e moças, o crescimento do excesso de peso foi de 7,6% para 19,4%. A pesquisa também informa que 86% da população consomem mais gorduras saturadas do que o necessário e 61% se excedem no consumo de açúcar. A falta de vitaminas e nutrientes atinge 68% da população. Mais de 90% dos brasileiros/as não ingerem os 400 gramas diários fruta, legumes, e verduras recomendados pelo Ministério da Saúde. Esse quadro tem levado ao aumento do risco de doenças cardiovasculares, diabetes e outras graves doenças crônicas.

Em 2009 foi aprovada a lei do Pnae (Lei 11.947/2009), que garante alimentação escolar para todos/as os/as alunos/as da educação básica pública e tornou obrigatória a destinação de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para os estados e municípios, para a compra direta da agricultura familiar. Ainda que a situação não seja a mesma em todas as regiões, esta alteração é considerada um caso de sucesso e tem potencial de representar mudanças significativas no campo da segurança alimentar e nutricional e da agricultura familiar.

O projeto Comida de Verdade nas Escolas do Campo e da Cidade é uma iniciativa de pesquisa-ação sobre a inserção dos produtos da agricultura familiar e agroecologia na alimentação escolar brasileira, um dos critérios de aquisição previstos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

A proposta é analisar casos no desenvolvimento dessa política pública, buscando entender os desafios, os avanços e as inovações na sua implementação, tanto na perspectiva das organizações da agricultura familiar quanto dos gestores públicos.

A partir da sistematização de oito estudos de casos, poderemos divulgar de maneira ampla esses resultados, de forma a influenciar o desenvolvimento de outras experiências e de incentivar posturas proativas dos movimentos sociais e dos/as gestores/as públicos em defesa da execução e aprimoramento do Pnae.

Entendemos que esta é uma grande oportunidade para debater com a sociedade o papel do Estado no fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, sobre políticas de educação e saúde e sobre programas públicos de abastecimento alimentar, bem como sobre o papel da sociedade civil organizada para pressionar os governos para cumprimento da lei do Pnae, e para garantia do sucesso dessa política pública.

O projeto Comida de Verdade nas escolas do campo e da cidade é desenvolvido pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), juntamente com o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) e outras organizações parceiras.

Para conhecer mais sobre o projeto comida de verdade nas Escolas do Campo e da Cidade, sobre o Pnae e encontrar materiais de apoio, acesse o sítio eletrônico da ANA: [www.agroecologia.org.br](http://www.agroecologia.org.br)

## Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”

*Texto para debate*

### **Histórico**

Desde os primeiros debates sobre a reforma agrária no Brasil, entre as décadas de 1950 e 1960, a questão ambiental está presente. A destruição dos solos e das florestas pelo latifúndio e monocultivo, principalmente de café e pasto, era um dos mais graves problemas à época. A reforma agrária era vista como a solução para esse problema, pois haveria um uso mais racional do solo, da água e das matas, como se observava nas comunidades camponesas.

As diferentes expressões do campesinato têm relações igualmente diferentes com a sua natureza exterior, ou o meio ambiente. É comum entre a maioria delas o cuidado com elementos como a água, a biodiversidade, as sementes, pois são elementos fundamentais para a reprodução social da comunidade camponesa. Portanto, é uma cultura milenar plantar árvores, principalmente nas proximidades de casa.

A retomada da luta pela reforma agrária e a conquista dos assentamentos a partir de 1980 recolocou a questão ambiental como antagonismo entre latifúndio e campesinato. Embora áreas de colonização feitas pela ditadura registre desmatamentos obrigatórios - caso contrário a família não garantia o direito de posse - era o latifúndio o principal responsável pelo gigantesco desmatamento da Amazônia e dos demais biomas, além da degradação de solos, drenagem de corpos d'água e contaminação química com agrotóxicos.

Por sua vez, os assentamentos conquistados aos poucos - e sem qualquer política pública - foram alterando essas realidades. Hoje nossos territórios são, em sua imensa maioria, referência na conservação das águas e das matas, sendo que em muitas regiões a reforma agrária possui mais área conservada do que as próprias unidades de conservação dos estados.

Mas isso não ocorreu naturalmente. Nossa organização vem há muitos anos construindo o entendimento coletivo sobre o papel da questão ambiental na questão agrária. De forma mais organizada, foi em 1998 que construímos a Equipe Nacional de Meio Ambiente, que resultou no entendimento que deveríamos articular a produção e o meio ambiente juntos no Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente. Ao mesmo tempo, músicas e reflexões sobre o tema recorreram nosso movimento em todas as regiões.

Diversas campanhas buscaram mobilizar nossa base no sentido do aprofundamento da superação da alienação ser humano - natureza, como a campanha Plantando Seremos Milhões e da campanha de Embelezamento dos Assentamentos. Também é no final da década de 1990 que consolidamos experiências como a do café agroecológico no Espírito Santo, do manejo da bracatinga no Paraná, do café sombreado em São Paulo e do cacau na Bahia.

Todo esse acúmulo chega ao nosso 4º Congresso Nacional, em 2000, onde afirmamos os “Nossos compromissos com a terra e com a vida”. Ali estão elementos fundamentais para os saltos de qualidade que daremos ao logo dos anos 2000. O avanço da agroecologia e as contraditórias medidas de licenciamento ambiental (que só valem na verdade para os assentamentos, não para o agronegócio) contribuíram decisivamente no avanço de nossa práxis ambiental atual.

E é no final da primeira década dos anos 2000 que a crise estrutural do capitalismo eclode e suas contradições se expressam nas já clássicas dimensões econômica, política e social mas, também e de forma inédita, em uma dimensão ambiental. A hegemonia do capital financeiro sobre o sistema capitalista imprime níveis altíssimos de ritmo e intensidade de exploração dos bens comuns, assim como a priva-

tização desses bens e, como consequência, produz crimes de extensão territorial cada vez maior, como os de Mariana e Brumadinho e o envenenamento das águas com agrotóxicos.

Essa dinâmica foi elevada a um nível ainda mais brutal com a chegada do governo Bolsonaro. Representando os interesses do Império e da parte mais retrógrada da burguesia brasileira, o governo estimula os crimes ambientais, destrói legislações e desmantela órgãos e políticas públicas. Como resultado, no primeiro ano desse governo tivemos o somatório dos maiores crimes ambientais de nossa história recente: o rompimento da barragem de Brumadinho, a contaminação das praias com petróleo e as queimadas, que começaram na Amazônia e continuaram no Cerrado e no Pantanal.

### **Nossa missão**

É diante dessa realidade, desses elementos estruturais e conjunturais, que nossa missão, definida na nossa síntese da Reforma Agrária Popular, deve se reafirmar:

- i. Produzir alimentos saudáveis;
- ii. Cuidar dos bens comuns (água, terra, biodiversidade, minérios)

Assim, compreendendo que devemos nos colocar em posição de denúncia, mas também de afirmação, que nosso movimento está construindo o Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”. Nosso desafio é plantar 100 milhões em 10 anos. Com esse plano temos como objetivos:

1. Denunciar as ações e planos de destruição ambiental do agronegócio e da mineração;
2. Construir internamente no MST e na sociedade o entendimento que reforma agrária é sinônimo de i) alimentação saudável e ii) cuidado dos bens comuns – água, biodiversidade, solo;
3. Realizar em nossos territórios o plantio de árvores e recuperação de áreas degradadas por meio da implementação de agroflorestas, quintais produtivos e outras formas;
4. Estruturar cadeias produtivas de produtos florestais madeireiros e não madeireiros;
5. Elevar o nível de consciência ambiental em nossa base e no conjunto da sociedade;

### **Caráter do Plano Nacional**

Todos esses anos de acúmulo prático e teórico nos permitem concluir que mais do que reflorestamento, devemos falar em sistemas produtivos com árvores. Ao longo da diversidade de biomas e realidades que temos em nosso país, desenvolvermos diferentes formas desses sistemas: agroflorestas, quintais produtivos, policultivos, sistemas agrosilvopastoris. Essas são formas que cuidam dos bens comuns, produzem alimentos saudáveis, garantem a soberania alimentar no território e geram renda.

Também estamos falando de recuperação de áreas degradadas em nossos territórios. Devemos recuperar as nascentes, as beiras de rio, enriquecer as capoeiras. E devemos cuidar das nossas reservas legais, pois hoje elas são alvos de madeireiros e ações de oportunistas, inclusive com estímulo do INCRA.

E, por fim, estamos falando de plantar árvores nas cidades. Devemos ser os mensageiros do cuidado com a água, o ar, o meio ambiente em geral. Nossa ação deve ser articulada com as comunidades, seja plantando em praças, canteiros centrais, córregos, seja recuperando erosões e áreas abandonadas na cidade.

Nossas ações devem ser coerentes com nossa prática política, que está baseada no trabalho que transforma criativamente a natureza a partir das necessidades humanas. Devem também reafirmar a função socioambiental da terra. Assim enfrentaremos as duas faces da exploração capitalista: a das forças destrutivas e a do capitalismo verde, a lógica do capital financeiro de se apropriar da contradição ambiental: sequestro de carbono, REDD, algumas modalidades de Pagamento por Serviços Ambientais. E

apontamos que a superação da ruptura do metabolismo entre humanidade e natureza está nas mãos da classe trabalhadora.

### **Próximos passos**

O Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis” é um esforço de longo prazo, pois o tempo das árvores é de plantio, cuidado, manejo e colheita. Para isso, é necessário fazermos um sério e rigoroso planejamento.

1. Planejar os plantios em nossos territórios e com a sociedade. Cada estado deve definir a melhor metodologia, se fazer uma ação estadual geral ou se atuar por regiões, definindo metas concretas por ano. É importante convidar os aliados, parceiros dessa empreitada;
2. Criar um conselho de apoiadores, com professores, técnicos e grupos de ONGs, para dominarmos as técnicas e superar os limites que irão aparecer;
3. Mapear os viveiros e casas de sementes que existem na região;
4. Planejar a instalação de viveiros rústicos e casas de sementes nos nossos centros de formação, escolas e cooperativas/associações;
5. Todos os nossos acampamentos devem plantar a Agrofloresta da Resistencia, como sinônimo do compromisso com a luta por aquele território;
6. Vamos realizar uma grande campanha anual de plantio de árvores na semana que envolva o dia da árvore – dia 21 de setembro;
7. Todas as ações devem potencializar a nossa organicidade. Por isso, o Plano Nacional deve estar articulado com a Campanha Contra o Uso de Agrotóxicos e com a Jornada de Formação e Trabalho de Base. Deve também ter responsáveis nas direções estaduais mas, fundamentalmente, nos territórios, envolvendo os militantes históricos, jovens e mulheres.

## Sim, orgânico é mais saudável

*por Elaine de Azevedo, Afonso Takao Murata e Henrique Kugler, publicado no Observatório da Imprensa*

Navegamos por um tempestuoso mar de desinformação quando o assunto é agricultura orgânica. O Instituto Questão de Ciência (IQC) publicou recentemente, nas páginas do UOL, um artigo que já seduz os incautos pelo atraente título: “Mais saudáveis? Sem pesticidas? O mito da superioridade dos orgânicos”.

Interessante notar: o texto vem na sequência de outras publicações similares do mesmo instituto. No artigo “Quem tem medo do glifosato”, a autora faz uma defesa apaixonada e quase corporativa do agrotóxico mais usado no mundo. Benzido por uma aura de autoridade intelectual, o artigo é de fazer inveja ao departamento de marketing da Bayer, fabricante do pesticida classificado como cancerígeno por diversas agências regulatórias no mundo todo.

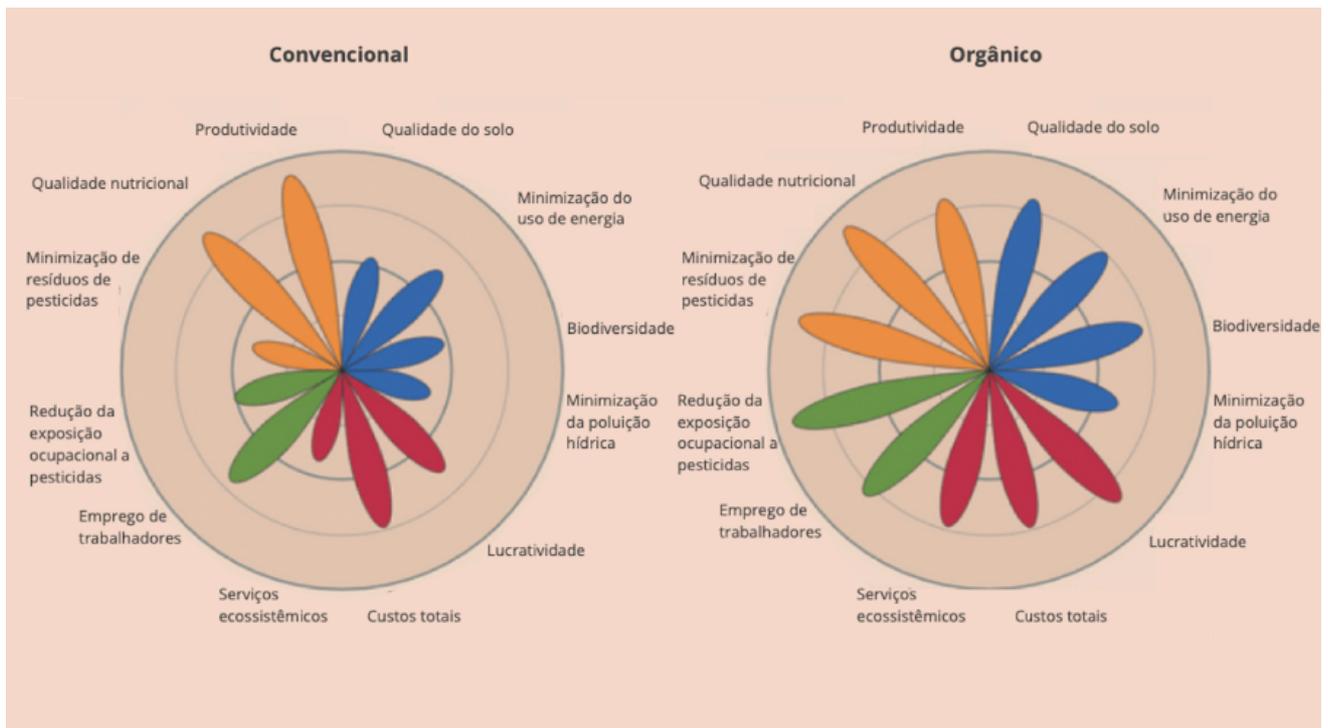
O IQC já havia divulgado outra confissão de fé nos dogmas do agronegócio: o texto “Ideologia e ciência na questão dos transgênicos” é uma elegante aposta na inocência do leitor. A peça, quase publicitária, rotula como irracional e anticientífica qualquer manifestação crítica ou reflexiva quanto ao uso de sementes geneticamente modificadas na agricultura moderna.

Com esse breve currículo de publicações, não surpreende que o IQC venha agora lançar, com as bênçãos do UOL, um ataque singelo contra os alimentos orgânicos. Fica claro, no entanto, que a autora desconhece o universo da agricultura. Desconhece também o trabalho sério de renomados cientistas que, há décadas, estudam essa complexa área de conhecimento que é a agroecologia e a produção orgânica, bem como suas diversas variantes e interfaces.

Leitores e leitoras não perdoaram. Quase todos os comentários ao texto são duras críticas à sua parcialidade. “Propaganda enganosa que brinca com a saúde alheia”, “desserviço à sociedade”, “artigo escrito de forma bem desonesta: não houve o contraditório”, comentam. Alguns foram mais mordazes: “Texto pseudocientífico e cheio de informações falaciosas”, ou o clássico “espero que a autora tenha sido bem paga para assinar esse lixo de matéria”. No Facebook, o biólogo Rafael Altenhofen fez coro aos insatisfeitos: “Artigo muito suspeito. Utiliza de estudos pontuais para fazer conclusões generalistas”.

### **A arte de ignorar os dados**

Em 2016, a revista *Nature Plants* publicou um dos estudos mais influentes dos últimos tempos acerca do tema. No artigo “Organic agriculture in the 21st century”, os pesquisadores John Reganold e Jonathan Wachter, do Departamento de Agronomia e Ciências do Solo da Washington State University, compilam num belíssimo diagrama – no formato de uma flor – anos de estudos comparativos entre o manejo convencional e o manejo orgânico. Os dados incluem elementos agrônômicos, ecológicos, sociais, comerciais e ocupacionais. Conclusão: muito além da produtividade e da qualidade nutricional, a agricultura orgânica geralmente apresenta desempenho bastante superior nos quesitos qualidade do solo, otimização energética, biodiversidade, redução da poluição hídrica, lucratividade, redução de custos, promoção de serviços ecossistêmicos, geração de emprego, redução de riscos ocupacionais decorrentes do uso de pesticidas e, é claro, redução do uso de pesticidas. Em outras palavras: os dados divulgados na *Nature Plants* transformam o artigo do IQC numa lamentável peça de relações públicas, com pouco ou nenhum compromisso com a complexidade científica que o tema requer. Abaixo, segue o diagrama. Fica como tarefa de casa aos críticos apressados e aos leitores que buscam mais profundidade na discussão.



(Crédito: Nature Plants – John P. Reganold e Jonathan M. Wachter)

Já no quesito políticas públicas, também surpreende que a autora tenha ignorado completamente um importante relatório das Nações Unidas (ONU). Trata-se do “Report of the Special Rapporteur on the right to food”. Publicado em 2017, o trabalho faz severas críticas ao modelo hegemônico da agricultura convencional. Seus temerosos impactos socioambientais, assim como a viabilidade e sucesso das práticas agroecológicas, são detalhados com fartos dados ao longo das vinte páginas da publicação. No quinto capítulo, lê-se o seguinte: “A disseminação das práticas de agricultura orgânica demonstra que uma agricultura isenta de pesticidas é viável; estudos indicam que a agroecologia é capaz de produzir alimento suficiente para alimentar a população mundial, garantindo a todos uma nutrição adequada; a afirmação promovida pela indústria agroquímica, segundo a qual pesticidas são necessários para atingirmos a segurança alimentar, é não somente imprecisa, mas perigosamente enganosa”. O relatório é enfático ao sugerir a adoção de práticas agroecológicas – por exemplo, a agricultura orgânica – como estratégia a ser perseguida por produtores rurais e gestores públicos em nível global. A leitura completa da publicação é um antídoto oficial contra o discurso falacioso propagado pela indústria agroquímica e, curiosamente, por determinados cientistas e institutos.

### Sobre clichês e argumentos

É um falso maniqueísmo: uns defendem a radical conversão de todos os cultivos convencionais em sistemas agroecológicos. E outros dizem que produção orgânica é conversa para boi dormir. Ambos pecam pela ingenuidade. Seja qual for o seu lado, é desonesto usar um ou poucos trabalhos científicos – meticulosamente pinçados do imenso universo de publicações acadêmicas – para generalizar um argumento de natureza ideológica. Sim, todos nós somos guiados por valores ideológicos. Problemático é fantasiar a ideologia e vendê-la como insuspeita ciência.

Ganhamos nesse episódio três valiosas lições: (a) uma publicação que se pretende honesta e imparcial não pode ignorar o sagrado princípio do contraditório; (b) subestimar o senso crítico dos leitores e leitoras é erro grave; e (c) desinformação é um alimento (não orgânico) que se come cru.

Perde a imprensa. Perdem os profissionais de comunicação. Perdem os cientistas sérios e comprometidos com o interesse público. Do ponto de vista corporativo, não se pode usar como escudo mágico a

frase “Este texto não reflete a opinião do veículo”. A ressalva não pode ser usada como bilhete de camarote para um vale-tudo editorial. Editores e jornalistas profissionais continuam responsáveis pelos filtros de qualidade exigidos na profissão – e, no caso dos frequentes clichês publicados acerca do tema, quase sempre acompanhados de perigosas meias-verdades, as redações têm o dever de separar o joio do trigo. Vejamos:

**Alimentos orgânicos são mais caros.** Depende. A resposta pode ser “sim” para quem os compra nas grandes redes de varejo ou em espaços elitizados. Em tais ambientes, as exorbitantes margens de lucro de intermediários dizem mais sobre a moralidade de suas práticas do que sobre os reais custos de produção vinculados ao árduo trabalho dos agricultores familiares dedicados à lida da terra. Mas o que dizer das experiências de CSAs (Comunidades que Sustentam a Agricultura) ou do projeto Cestas Solidárias, no Paraná, através dos quais, por meio do contato direto entre consumidores e agricultores, é possível adquirir cestas semanais de produtos agroecológicos por preços que muitas vezes ficam abaixo dos encontrados nos mercados e mesmo nas feiras? O preço de um alimento não é definido unicamente pelos custos de produção. Ele é quase sempre vinculado a isenções ou subsídios governamentais. Exemplo: os agrotóxicos comercializados no Brasil, hoje, têm redução de 60% na base de cálculo do ICMS. Sem falar na isenção total do IPI. Não fossem essas benesses quase maternais, que preço pagaríamos pelos produtos oriundos da agricultura convencional, altamente dependente desses insumos? Com mais equilíbrio na lei da oferta e demanda e mais equilíbrio nas relações fiscais entre a agricultura familiar e o agronegócio refém das commodities, é plenamente possível desenvolver uma política de segurança alimentar na qual alimentos orgânicos e agroecológicos sejam acessíveis a todos os brasileiros. Mas o Estado tem promovido, de maneira recorrente, o desmantelamento de políticas e programas de apoio à agricultura familiar ecológica.

**Alimentos orgânicos podem conter pesticidas mais tóxicos e prejudiciais ao meio-ambiente.**

Críticos da agricultura ecológica arvoram-se em torno da chamada calda bordalesa – um fungicida à base de sulfato de cobre por vezes utilizado no manejo orgânico. O sulfato de cobre pode ser tóxico se usado em larga escala, situação que não se verifica quando a agricultura orgânica é praticada de modo responsável e em conformidade com seus preceitos e normas. A propósito, mesmo a calda bordalesa já é considerada antiquada entre agricultores orgânicos. Atualmente, opta-se pela calda cúprica. Ela tem o mesmo efeito, porém traz uma quantidade muito menor de cobre em sua composição. De todo modo, comparar o uso controlado do cobre à pulverização de centenas de milhares de litros de agrotóxicos comerciais no Brasil – muitos, aliás, já banidos na União Europeia, na América do Norte e mesmo na China – é um exercício de estelionato intelectual. A contaminação por agrotóxicos é um drama de saúde pública no Brasil e no mundo. Ao longo da cadeia produtiva dos alimentos convencionais, agricultores e demais trabalhadores do segmento vivem em constante risco de contaminação por pesticidas sintéticos cuja toxicidade pode ser letal. É estimado em 200 mil o número de pessoas que morrem, todos os anos, em decorrência da contaminação por agrotóxicos, segundo relatório das Nações Unidas. A maioria dos casos acontece nos países em desenvolvimento – onde fiscalização e normativas regulatórias são frágeis. Entre os grupos populacionais mais vulneráveis, segundo recente relatório da Unicef, estão infelizmente as crianças. No Brasil, informações do Ministério da Saúde revelam que, entre 2007 e 2014, aconteceram 17.669 casos de intoxicação por agrotóxicos. O cenário piorou nos anos seguintes: entre 2015 e 2017, foram 34.073 casos notificados. São, entretanto, dados subestimados. Estudos da Fundação Oswaldo Cruz indicam que, para cada caso notificado, existem pelo menos cinquenta outros não registrados nas estatísticas oficiais. Os dados mais recentes estão compilados no último dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), intitulado Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde, e no atlas Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a

União Europeia, publicado pela geógrafa Larissa Bombardi, da Universidade de São Paulo (USP). Isso não significa que a agricultura orgânica seja isenta de problemas e desafios. Produzir sem veneno é um grande desafio tecnológico e ainda precisamos de muito trabalho e pesquisa para consolidar e disseminar técnicas de manejo mais eficientes do ponto de vista ecológico.

**Alimentos orgânicos não são mais nutritivos.** Para alimentos de origem vegetal, segundo uma ampla revisão bibliográfica elaborada por pesquisadores britânicos em 2009, realmente não há grande diferença quanto ao valor nutricional entre orgânicos e convencionais. Nem é esperado que haja, quando falamos no teor de macronutrientes – carboidratos, proteínas e lipídios. É o que mostra também estudo publicado no *American Journal of Clinical Nutrition*. Acerca da quantidade de vitaminas e minerais, porém, ainda há controvérsias entre estudiosos da área. Mas algumas pesquisas sugerem que alimentos orgânicos podem conter maior quantidade de metabólitos secundários. É o caso, por exemplo, de um estudo publicado por pesquisadores do Instituto Dinamarquês de Ciências Agrárias e de outro trabalho publicado por cientistas da Universidade da Califórnia. Segundo relatório encomendado pelo Parlamento Europeu, divulgado em 2016, “o leite orgânico e, provavelmente, também a carne, trazem maiores quantidades de ômega-3 e ácidos graxos quando comparados a produtos convencionais”. No caso do leite orgânico, também os teores de vitamina E são maiores. De acordo com a publicação, “há indicações segundo as quais os alimentos orgânicos têm menor teor de cádmio do que os convencionais”. Os autores do relatório escrevem que tal diferença é de alta relevância para a saúde humana, pois o cádmio é um metal tóxico com possíveis efeitos deletérios em nosso metabolismo. A mesma informação também foi apontada em outra pesquisa bibliográfica publicada no *British Journal of Nutrition*. Além do menor teor de cádmio, os autores identificaram maior concentração de antioxidantes nos alimentos orgânicos. Adiante: maior quantidade de antioxidantes e micronutrientes, maior quantidade de ferro e magnésio e teor significativamente menor de nitratos... Foram também as conclusões do estudo *Nutritional quality and safety of organic food*, publicado em 2010 por encomenda da Agence française de sécurité sanitaire des aliments (AFSSA). Mesmo com tantas evidências, porém, ainda é cedo para conclusões definitivas. Em termos metodológicos, não é nada fácil planejar estudos comparativos para avaliar alimentos produzidos nos dois sistemas. De todo modo, embasar o conceito de qualidade alimentar apenas no teor de nutrientes é uma tendência obsoleta na nutrição. O conceito contemporâneo de alimento saudável vai muito além disso: em uma abordagem sistêmica, é preciso entender as dimensões ambientais, sociais e culturais dos agroecossistemas onde nosso alimento é cultivado. Nessa percepção ampliada, a superioridade dos produtos orgânicos ou agroecológicos é inegável.

**Alimentos orgânicos não são mais saudáveis.** Aos defensores desse argumento cínico, sugere-se a leitura de um recente artigo científico publicado por pesquisadores norte-americanos no periódico *Environmental Research*. Uma dieta baseada em alimentos orgânicos ocasionou redução significativa dos níveis de agrotóxico detectados em amostras na urina de adultos e crianças. O trabalho ganhou grande repercussão internacional. Mas a real natureza do argumento sugere reflexão: quão limitada é nossa definição de “saúde”? Enquanto a agricultura convencional promove a dispersão intensiva de produtos comprovadamente danosos à saúde humana e ao equilíbrio dos ecossistemas, as práticas orgânicas e agroecológicas promovem o equilíbrio químico e biológico das áreas em que são implementadas. Portanto, a agroecologia trabalha com o que a Organização Mundial da Saúde (OMS) chama de “saúde ambiental”. O prestigioso periódico *The Lancet*, uma das maiores autoridades acadêmicas para questões de saúde pública, mantém uma publicação exclusivamente dedicada ao conceito de *planetary health*, ou saúde planetária. São conceitos relacionados aos determinantes ambientais, econômicos, sociais e políticos que influenciam a saúde humana. Assim, discutir saúde, hoje, é também grande desafio conceitual que os especialistas não mais podem ignorar. Ao comprar alimentos orgânicos, o consumidor

apoia um processo de transição ecológica relacionado não apenas à menor exposição ocupacional de agricultores a pesticidas sintéticos, mas também à desintoxicação gradual do solo, das águas, do ar e dos alimentos que ingerimos.

**Alimentos orgânicos estiveram relacionados à contaminação de três mil pessoas na Alemanha, em 2011, das quais 53 morreram.** A contaminação por *E. coli* é resultante da falta de higiene. Se não forem bem lavados, praticamente todos os tipos de alimento estão sujeitos a contaminação. Em certos casos, a própria água usada na irrigação de culturas pode estar contaminada por fezes de animais. E qualquer sistema produtivo, de fato, pode ser mal executado e resultar em processos bacteriológicos danosos à saúde de produtores e consumidores. Sim, um caso de contaminação de alimentos orgânicos aconteceu na Alemanha, em 2011. E milhares de casos similares já aconteceram, e ainda acontecem, no mundo todo, relacionados a surtos de *E. coli* em alimentos convencionais. Usar esse episódio como questionamento à qualidade dos produtos orgânicos parece ser uma argumentação deveras obtusa – no mínimo tendenciosa, imparcial e alheia a interesses científicos. “Não há evidências de que alimentos orgânicos sejam mais suscetíveis à contaminação microbiológica do que alimentos convencionais”, afirmam pesquisadores neozelandeses em estudo publicado no periódico *Critical reviews in food science and nutrition*. Mas há um outro tipo de contaminação que os críticos da agricultura orgânica normalmente esquecem de mencionar: a contaminação por agrotóxicos, alguns dos quais classificados pela FAO e pela OMS como altamente perigosos.

**Alimentos orgânicos trazem muitas dúvidas quanto aos sistemas de rotulagem e certificação.**

Qualquer sistema de certificação, em qualquer setor produtivo, é vulnerável a fraudes. Determinados selos podem se transformar, inclusive, em ferramentas de uso político; interesses escusos podem estar em jogo. Isso não significa, de maneira alguma, que as entidades certificadoras de alimentos orgânicos no Brasil não realizem um trabalho extremamente sério. O Brasil, aliás, tem inovado nesse segmento. A Lei 10.831/2003 prevê, além de certificação por auditoria, mecanismos de certificação participativa. O procedimento adotado pela Rede de Agroecologia Ecovida é o exemplo mais conhecido no país: grupos de agricultores e mesmo consumidores podem realizar vistorias nas propriedades rurais com o objetivo de atestar a conformidade à legislação, de acordo com as regras previstas em lei. Trata-se de um modelo ainda emergente e, sem dúvida, existem pontos que requerem aperfeiçoamento. De todo modo, eventuais irregularidades no sistema de certificação orgânica devem ser severamente punidas. O mesmo deve valer para as gravíssimas e criminosas fraudes praticadas na cadeia produtiva do agro-negócio brasileiro. Em 2017, por exemplo, operações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) apreenderam agrotóxicos contrabandeados, fraudados ou irregulares em doze estados e 79 municípios. O Rio Grande do Sul liderou a lista de ocorrências, com 67 autuações, seguido por Mato Grosso do Sul, com 29, e São Paulo, com 26. Os produtos contrabandeados incluem substâncias sem autorização no país, agrotóxicos armazenados irregularmente e com data de validade vencida. Ao todo, foram 178 autuações conduzidas pelo Ibama. O valor total em multas atingiu R\$ 33,3 milhões. Mas esses números são apenas a ponta do iceberg. Afinal, eles não contabilizam apreensões conduzidas por órgãos como Polícia Federal, Receita Federal e secretarias estaduais. Nas contas do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg), foram apreendidas 654 toneladas de agrotóxicos entre 2001 e 2016. Fraudes também foram identificadas pela própria Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a quem cabe fiscalizar aeronaves agrícolas usadas na pulverização de agrotóxicos. Das 132 aeronaves agrícolas fiscalizadas pela Anac em 2017, 93 tinham algum tipo de irregularidade. A mais comum delas, detectada por fiscais da agência, foi a instalação irregular do dispersor – equipamento usado para pulverizar agrotóxico nas plantações. Por isso, é importante ficarmos de olhos abertos para as rotineiras e criminosas fraudes praticadas na agricultura

convencional. Comércio irregular de agrotóxicos, legalização de substâncias sem estudos toxicológicos conclusivos, pulverização descontrolada de pesticidas e uso de mão de obra análoga à escravidão são apenas alguns exemplos.

**Alimentos orgânicos são parte de uma grande e poderosa indústria e, assim, privilegiam grandes cadeias comerciais enquanto prejudicam pequenos agricultores.** Dados do Research Institute of Organic Agriculture (FiBL), sediado na Suíça, mostram que em 2018 as áreas destinadas à agricultura orgânica no mundo todo somavam apenas 57,8 milhões de hectares. Isso corresponde a somente 1,2% das áreas cultivadas atualmente. Dizer que o mercado de orgânicos é um “gigante global”, portanto, é delírio. No Brasil, cultivos orgânicos são desenvolvidos em apenas 0,3% de nossas terras agrícolas, segundo a Embrapa. Assim, a tal “máfia dos orgânicos”, como dizem por aí os críticos desinformados, não é mais que uma formulação retórica sem qualquer sentido. Felizmente, o percentual de produtores agroecológicos ou orgânicos no Brasil vem crescendo substancialmente. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o número de produtores orgânicos cadastrados no país triplicou entre 2010 e 2018.

**Alimentos orgânicos, por não serem cultivados a partir de sementes transgênicas, representam um atraso tecnológico.** Plantar, colher e guardar as sementes da safra para o ano seguinte é um ciclo perpetuado há milênios por nossos antepassados. Assim, desenvolvemos uma imensa variedade de espécies vegetais adaptadas a diferentes condições ambientais. Esse processo, que remonta a séculos de evolução biológica e cultural, pode ser ameaçado pela adoção de sementes geneticamente modificadas – não mais de propriedade dos agricultores, suas famílias e suas comunidades, mas sim das empresas que as produzem e, em geral, costumam transformar pequenos agricultores e agricultoras em reféns de suas práticas comerciais. Muitas vezes, profissionais vinculados à indústria agroquímica invisibilizam ou desqualificam a valorização, disseminação e troca das sementes nativas, também conhecidas como sementes crioulas. Mas essas sementes, resultantes de milhares de anos de coevolução, são um verdadeiro patrimônio genético! Elas guardam em si a possibilidade de diversificar nossa matriz alimentar e, assim, garantir mais segurança e soberania às futuras gerações – independentemente dos humores imprevisíveis do comércio internacional de insumos agrícolas. Preservar, disseminar e cultivar sementes nativas ou crioulas é enriquecer a diversidade de nossos agroecossistemas. Portanto, é uma prática incentivada pela agroecologia, pela produção orgânica e por suas variantes. É exatamente o contrário do que se pratica na agricultura convencional, que pode cair na armadilha de se tornar cada vez mais dependente de sementes patenteadas por entidades privadas, sem contar que esse processo de homogeneização biológica caminha na direção contrária ao discurso da valorização da biodiversidade. É claro que, do ponto de vista tecnológico, devemos celebrar os avanços da ciência. As técnicas de transgenia têm-se refletido em imensos ganhos civilizatórios em vários ramos da pesquisa clínica, por exemplo. Entretanto, quando aplicadas ao campo da agricultura, a adoção de sementes transgênicas produzidas e monopolizadas por grandes corporações tem se revelado uma grave ameaça à independência e à soberania de agricultores e agricultoras. No Brasil, segundo dados da consultoria Céleres para o ano de 2017, as sementes transgênicas estavam em 93,4% da área total onde são produzidos soja, milho e algodão. Não deixa de ser irônico: tais sementes estão na terra, mas nos rótulos dos alimentos sua menção é ainda considerada tabu pela indústria agroquímica, que, por alguma razão, empreende grandes esforços no sentido de esconder essa informação do consumidor.

**Alimentos orgânicos não podem garantir a segurança alimentar da população mundial.** E por acaso os alimentos produzidos em sistemas convencionais garantem tal segurança? Não. Hoje, qualquer estudioso sabe que o problema alimentar do mundo não está neste ou naquele método produtivo, e sim nas variáveis políticas e econômicas entranhadas nas dinâmicas internas dos sistemas agroa-

limentares. Testemunhamos dois paradoxos. Enquanto já produzimos calorias suficientes para alimentar uma população global de 10 bilhões de pessoas, ainda falamos em fome e desperdício. E, ainda que a agricultura moderna tenha atingido patamares invejáveis de produtividade, os extremos simbolizados pela desnutrição e pela obesidade jamais foram tão alarmantes. Para os estudiosos da agroecologia, portanto, compreender as mazelas do sistema agroalimentar contemporâneo é uma tarefa que transcende a mera comparação entre índices de produtividade de diferentes sistemas. Repensar nosso modelo de produção agropecuária é um atraente convite para repensarmos múltiplas dimensões de nosso modelo civilizatório.

**Alimentos orgânicos exigem maiores áreas de plantio para produzir as mesmas quantidades observadas na agricultura convencional, resultando, portanto, em maiores taxas de desmatamento em cenários de conversão agroecológica de grandes áreas.** Trata-se de uma meia-verdade que esconde uma forma de cegueira voluntária. A agricultura convencional, hoje, é altamente produtiva. Para chegarmos a esse patamar, foram necessárias décadas de estudos, pesquisas científicas, investimentos por parte de grandes corporações, incentivos fiscais e arranjos políticos desde os primórdios da chamada Revolução Verde, na década de 1960. Pergunta: e se o mesmo entusiasmo político, econômico, corporativo e científico fosse destinado ao desenvolvimento de tecnologias para a produção agroecológica, será que esse argumento ainda faria sentido? A resposta é, provavelmente, um sonoro “não”. Ainda assim, mesmo diante de um contexto desfavorável em termos de políticas públicas e investimentos, a agricultura de base ecológica mostra incontestáveis sinais de que, sim, ela é provavelmente capaz de suprir demandas locais e globais de alimentos de modo muito mais equilibrado do ponto de vista socioambiental. Um conhecido estudo liderado pelo biólogo David Pimentel, da Cornell University, já demonstrou há mais de uma década que a produtividade de sistemas orgânicos é apenas ligeiramente menor ou, em certas condições, pode ser muito similar à observada em sistemas convencionais. Em 2017, dados publicados na Nature Communications trouxeram novas perspectivas a esse debate. Foram analisados cenários climáticos e populacionais para o ano de 2050. E o artigo conclui que a agricultura orgânica pode suprir a demanda mundial por alimentos – desde que integrada a um sistema agroalimentar eficiente e bem elaborado. Em outras palavras, isso será possível se reavaliarmos nossos padrões de consumo de carne e demais produtos de origem animal (o que, em termos éticos e climáticos, seria um grande avanço). Outra ponderação: se, por um lado, a agricultura orgânica pode demandar maiores áreas de plantio em certos casos, também é verdade que as práticas agroecológicas podem de fato recuperar áreas já degradadas pela agricultura convencional. Portanto, é deveras simplista argumentar que cultivos orgânicos demandam mais território – sem considerar a capacidade regenerativa dos sistemas agroecológicos, especialmente quando vinculados ao manejo agroflorestal. Além disso, novamente citando o estudo da Nature Plants, produtividade por hectare é apenas um entre tantos critérios se queremos entender a eficiência de um determinado sistema produtivo. E se considerarmos variáveis sistêmicas como qualidade do solo, otimização energética, manutenção da biodiversidade, promoção de serviços ecossistêmicos, redução da poluição hídrica e atmosférica ou redução de riscos ocupacionais e ambientais oriundos do uso de agrotóxicos? Nesse caso, os métodos produtivos de base orgânica ou agroecológica são evidentemente mais adequados às demandas sociais e ambientais de nosso tempo.

## Resumo de dados sobre agrotóxicos

Os dados sobre a dimensão do uso de agrotóxicos no Brasil revelam o tamanho do problema que temos em nosso país. Salta aos olhos o aumento contínuo do uso de venenos ano a ano, bem como o aumento do lucro das empresas, os registros de novos agrotóxicos, as intoxicações, entre outros.

A seguir, apresentamos alguns dados atualizados sobre o panorama dos agrotóxicos no Brasil, sempre acompanhado da fonte dos dados e sua contextualização.

### Vendas de agrotóxicos no Brasil

Sales of top 20 Brazilian agrochemicals companies in 2018*				
Ranking (By 2018 sales)	Company	2018 (mn USD)	2017 (mn USD)	change%
1	Syngenta	2,000	1,587	+26.0
2	Bayer	1,685	1,036	+62.6
3	Corteva	1,180	-	-
4	BASF	990	890	+11.2
5	UPL	961	500	+92.2
6	FMC	910	642	+41.7
7	Nufarm	594	504	+17.9
8	Adama	581	448	+29.7
9	Iharabrás	406	351	+15.7
10	Nortox	290	280	+3.6
11	CCAB**	260	173	+50.3
12	Ouro Fino	223	195	+14.4
13	Atanor/Albaugh	219	200	+9.5
14	HELM	135	115	+17.4
15	Sipcam Nichino	90	76	+18.4
16	Alta	68	-	-
17	Sinon	42	-	-
18	Stockton	40	-	-
19	Rotam	39	54	-27.8
20	CropChem	30	-	-

(\*) Source: Aenda's unofficial survey & data provided by companies  
 (\*\*) The fiscal year of CCAB starts in July 1st and ends in June 30th the following year.  
 (-) Unavailable data

A fonte dos dados é AENDA (Associação Brasileira de Defensivos Genéricos), que informa também que o mercado de agrotóxicos no Brasil em 2018 alcançou US\$10,793 bilhões, representando um aumento 21,3%.

A Corteva, que aparece em terceiro lugar, é a empresa resultante da fusão entre Dow e Dupont. As únicas empresas brasileiras na lista são Nortox, CCAB, Ouro Fino e Alta.

## Agrotóxicos mais vendidos

Ingrediente Ativo	Comercialização (toneladas)	Percentual do total	Proibido na União Europeia
glifosato	195.056	38,88%	
2,4-D	48.921	9,75%	
mancozebe	40.550	8,08%	
atrazina	28.799	5,74%	Sim
acefato	24.657	4,91%	Sim
dicloreto de paraquate	13.200	2,63%	Sim
enxofre	10.410	2,07%	
imidacloprido	10.021	2,00%	
óleo mineral	9.113	1,82%	
oxicloreto de cobre	8.019	1,60%	
malationa	7.591	1,51%	
clorotalonil	7.294	1,45%	Sim
clorpirifós	7.158	1,43%	
diurom	6.610	1,32%	
carbendazim	4.844	0,97%	Sim
outros	79.452	15,84%	

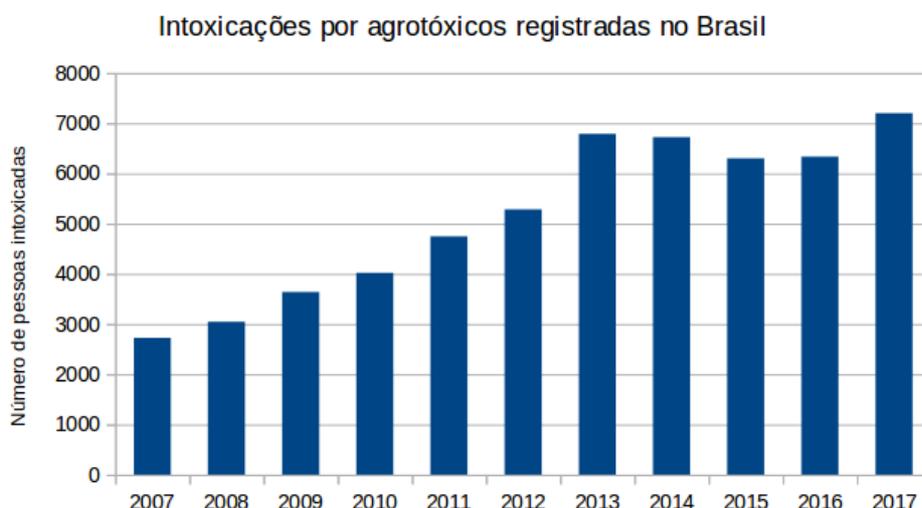
Tabela 1: Ingredientes ativos mais vendidos no Brasil em 2018. Dados fornecidos pelas empresas. Não estão incluídos agrotóxicos que possuem menos de 3 fabricantes. Fonte: Ibama

## Vendas anuais de agrotóxicos



Figura 1: Mesmo com as crises enfrentadas pela economia brasileira de 2000 até hoje, as vendas de agrotóxicos apresentam crescimento ininterrupto nos últimos 19 anos. Em 2018, foram comercializadas 549 mil toneladas de ingredientes ativos de agrotóxicos. Nos anos de 2007 e 2008 não houve divulgação de dados. Fonte: Ibama.

## Intoxicações por agrotóxico



*Figura 2: Registro de intoxicações por agrotóxicos feitas pelo sistema de saúde. Em 2017, foram registradas 7200 intoxicações. O aumento das notificações, além de sinalizar o maior perigo que a população corre, também é resultado da maior conscientização sobre os perigos dos agrotóxicos. Fonte: SINAN/Ministério da Saúde*

## Contaminação da Água

De acordo com a portaria de potabilidade da água publicada pelo Ministério da Saúde (MS), a operadoras de fornecimento de água nos municípios são obrigadas a avaliar semestralmente a quantidade de agrotóxicos na água. A portaria prevê a análise de 27 tipos de agrotóxicos na água, e estipula valores máximos permitidos para esses agrotóxicos.

Algumas informações sobre esse assunto:

- Em 2018, apenas 2258 dos 5571 municípios do Brasil enviaram os dados sobre análise de agrotóxicos na água para o MS. Ou seja: apenas 41% dos municípios analisam suas águas<sup>14</sup>.
- Em 2018, 1465 municípios no Brasil tiveram a detecção de todos os 27 agrotóxicos em suas águas. Por outro lado, apenas 318 não tiveram nenhum agrotóxico detectado em suas águas<sup>15</sup>.
- Na Anvisa, existe o registro de 499 ingredientes ativos de agrotóxicos, mas o Ministério da Saúde prevê análise na água de apenas 27, sendo que destes 10 já são proibidos no Brasil. Ou seja: o que sabemos é apenas uma ínfima da contaminação.

## Transgênicos<sup>16</sup>

- O Brasil é o segundo país do mundo (atrás dos EUA) com maior área plantada de transgênicos: são 51,3 milhões de hectares com soja, milho, algodão e cana-de-açúcar geneticamente modificados.
- *Área plantada por cultura*
  - soja: 34,8 milhões de ha (99%), milho: 15,4 milhões de ha (93%), algodão: 1 milhão de ha (87%) e cana-de-açúcar: 400 ha (0,004%). Há ainda o feijão e eucalipto aprovados, mas ainda sem plantio comercial.

<sup>14</sup> Fonte: Siságua/MS, analisado pela Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida

<sup>15</sup> Idem

<sup>16</sup> Fonte: ISAAA (2018)

Quando se fala de pragas e pestes, imediatamente se imagina agrotóxicos. E em seguida, surge o pavor de poços, rios e lagos poluídos, alimentos contaminados, doenças provocadas e a previsão apocalíptica da luta entre homens e insetos, que não temos maneira de ganhar.

Pragas e doenças somente são um sinal vermelho de perigo, indicando a decadência da terra. Apagar a luz vermelha não muda nada. Não é a recuperação da terra, que é a nossa base vital.

Por enquanto somente soubemos destruir a terra. E, quando não produz mais satisfatoriamente, abandonamo-la, ou seja, entregamo-la à natureza para sanar e recuperar.

A observação de como funciona a natureza em terras virgens possibilita a imitação. Podemos recuperar o que destruimos. E o sinal de perigo, as pragas e doenças, desaparecerão. E tanto faz em que ponto começamos a observação, se é na terra, na sua vida, nas raízes das plantas ou seu metabolismo. Sempre surgirão os mesmos fatores e as mesmas inter-relações, por tudo ser um inteiro, um conjunto.

Se alguém quer compreender o ser humano, não pode analisar somente um membro ou um órgão. E se alguém quer entender a terra, não pode analisar somente um fator. Tem de ver todos em conjunto.

*Ana Primavesi (Manejo Ecológico de Pragas e Doenças)*



CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA